

De acordo com o disposto no artigo 10º do Regulamento n.º5/2008 da CMVM transcreve-se a

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE NO 1.º TRIMESTRE DE 2009

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Praça D. João I, 28 Porto - 4000-295 Porto - Capital Social de 4.694.600.000 euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de
Identificação fiscal 501 525 882

Síntese de Indicadores

	Milhões de euros	31 Mar. 09	31 Mar. 08	Var. 09 / 08
Balço				
Activo total		93.085	87.885	5,9%
Crédito a clientes bruto ⁽¹⁾		74.797	69.120	8,2%
Crédito a clientes (líquido) ⁽¹⁾		72.917	67.885	7,4%
Recursos totais de clientes ⁽²⁾		64.169	63.098	1,7%
Recursos de balanço de clientes		49.935	45.656	9,4%
Resultados				
Margem financeira		373,8	412,2	-9,3%
Produto bancário ⁽³⁾		739,5	517,3	42,9%
Custos operacionais ⁽⁴⁾		400,7	385,5	3,9%
Imparidade do crédito		168,0	83,2	101,9%
Recuperações de crédito		7,9	13,4	-41,5%
Impostos sobre lucros		28,9	27,8	3,9%
Interesses minoritários		6,3	16,7	-62,1%
Resultado líquido excluindo itens específicos ⁽⁵⁾		85,5	132,7	-35,6%
Resultado líquido		106,7	14,7	625,2%
Rendibilidade				
Produto bancário / Activo líquido médio ⁽⁶⁾		3,2%	2,3%	
Rendibilidade do activo médio (ROA) ⁽⁷⁾		0,3%	0,5%	
Resultado antes de impostos e interesses minoritários / Activo líquido médio ⁽⁶⁾		0,6%	0,3%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE) ⁽⁷⁾		6,1%	13,7%	
Resultado antes de impostos e interesses minoritários / Capitais próprios médios ⁽⁶⁾		11,1%	6,2%	
Qualidade do Crédito				
Crédito com incumprimento / Crédito total ^{(1) (6)}		2,1%	1,1%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ^{(1) (6)}		-0,4%	-0,7%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias ⁽¹⁾		160,9%	238,1%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido total ⁽¹⁾		132,3%	197,6%	
Rácios de eficiência				
Custos operacionais / Produto bancário ^{(6) (7)}		55,8%	60,3%	
Custos operacionais / Produto bancário (actividade em Portugal) ^{(6) (7)}		51,0%	57,6%	
Custos com pessoal / Produto bancário ^{(6) (7)}		32,3%	34,4%	
Capital				
Fundos próprios totais		6.577	5.828	
Riscos ponderados		66.184	65.299	
Rácio de adequação de fundos próprios de base ⁽⁶⁾		6,8%	5,1%	
Rácio de adequação de fundos próprios ⁽⁶⁾		9,9%	8,9%	
Sucursais				
Actividade em Portugal		917	899	2,0%
Actividade internacional		886	772	14,8%
Colaboradores				
Actividade em Portugal		10.602	10.849	-2,3%
Actividade internacional		11.623	10.661	9,0%

(1) Exclui o crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda.

(2) Débitos para com clientes titulados e não titulados, activos sob gestão e seguros de capitalização.

(3) Margem financeira, dividendos, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos líquidos (de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal).

(4) Custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

(5) Itens específicos, no primeiro trimestre de 2009, no montante de 21,2 milhões de euros e, no primeiro trimestre de 2008, no montante de -118,0 milhões de euros, líquidos de impostos.

(6) Calculado de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

(7) Exclui impacto de itens específicos.

RESULTADOS

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º 1/2005), na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Directiva n.º 2003/51/CE, de 18 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho.

O **resultado líquido consolidado** do Millennium bcp totalizou 106,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, face aos 14,7 milhões de euros apurados no período homólogo de 2008. O resultado líquido consolidado do primeiro trimestre de 2009 incorpora o registo da valia apurada com a dispersão a novos accionistas do capital social do Banco Millennium Angola, no montante de 21,2 milhões de euros, enquanto que o resultado líquido do primeiro trimestre de 2008 inclui a contabilização de itens específicos, líquidos de impostos, relacionados com o registo de perdas por imparidade originadas pela desvalorização das acções do Banco BPI, no montante de 131,2 milhões de euros, e com a anulação de parte da remuneração variável periodificada em 2007, no montante de 13,2 milhões de euros. Excluindo estes itens específicos, o resultado líquido do primeiro trimestre de 2009 situou-se em 85,5 milhões de euros, comparando com 132,7 milhões de euros no período homólogo de 2008. Esta evolução foi determinada pelo maior nível de dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações), decorrente da sistemática reavaliação de colaterais financeiros e da identificação conjuntural de sinais de imparidade na carteira de crédito, e de outras provisões, não obstante ter sido favoravelmente influenciada pelo crescimento do produto bancário, suportado pelos resultados em operações financeiras, e pela redução dos custos operacionais, beneficiando da estabilização dos custos com pessoal e do decréscimo dos outros gastos administrativos e das amortizações do exercício. A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) situou-se em 6,1% no final de Março de 2009.

O resultado líquido da actividade em Portugal, excluindo itens específicos, situou-se em 80,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, comparando com 102,8 milhões de euros em igual período de 2008. Esta evolução reflecte o maior nível de dotações para imparidade do crédito e de provisões e os maiores custos operacionais, não obstante o crescimento do produto bancário, beneficiando do aumento dos resultados em operações financeiras e das comissões. O resultado líquido da actividade internacional foi influenciado pela diminuição do produto bancário e pelo maior nível de dotações para imparidade do crédito, não obstante a redução dos custos operacionais. O comportamento do resultado líquido na actividade internacional foi condicionado pela evolução dos resultados na Polónia e na Grécia, apesar dos aumentos relevados pelas operações em Moçambique e em Angola.

A **margem financeira** do primeiro trimestre de 2009 totalizou 373,8 milhões de euros, comparando com 412,2 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2008, reflectindo sobretudo o efeito taxa desfavorável, não obstante o efeito positivo resultante do aumento do volume de negócios quer ao nível dos depósitos quer do crédito a clientes. A taxa de margem financeira situou-se em 1,80% em 31 de Março de 2009, comparando com 2,05% em 31 de Março de 2008. A evolução da margem financeira foi fundamentalmente determinada pela actividade internacional, em particular pela actividade desenvolvida na Polónia, como resultado do esmagamento do "spread" dos depósitos a prazo, como resultado da forte intensidade competitiva na captação de recursos, apesar do rápido ajustamento dos preços efectuado pelo Bank Millennium em resposta à descida das taxas de juro do mercado no início do ano, tendo, por seu turno, a margem financeira da actividade em Portugal evidenciado uma ligeira diminuição (-0,8%).

BALANÇO MÉDIO

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar. 09		31 Mar. 08	
	Saldo	Taxa %	Saldo	Taxa %
Aplicações em instituições de crédito	4.123	5,68	7.823	5,63
Activos financeiros	4.018	6,08	5.407	5,43
Créditos a clientes	74.991	5,24	66.269	6,25
Activos geradores de juros	83.132	5,30	79.499	6,13
Activos não geradores de juros	10.809		9.271	
	<u>93.941</u>		<u>88.770</u>	
Depósitos de instituições de crédito	8.869	4,52	10.261	6,44
Depósitos de clientes	43.094	3,15	39.260	2,93
Títulos de dívida emitidos	29.864	3,44	28.657	4,39
Passivos subordinados	2.625	4,83	2.973	5,85
Passivos geradores de juros	84.452	3,45	81.151	4,00
Passivos não geradores de juros	3.262		2.788	
Situação líquida e Interesses minoritários	6.227		4.831	
	<u>93.941</u>		<u>88.770</u>	
Taxa de margem financeira ⁽¹⁾		1,80		2,05

(1) Relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de activos geradores de juros.

As **comissões líquidas** cifraram-se em 168,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, que comparam com os 173,8 milhões de euros apurados no período homólogo de 2008 (-2,9%). A evolução das comissões líquidas foi determinada pela quebra de comissões relacionadas com a gestão de activos e operações sobre títulos (-37,1%), e, em menor escala, pelas comissões associadas a operações de crédito (-1,3%). O comportamento destas comissões foi parcialmente compensado pelo desempenho positivo observado nas comissões com cartões (+5,2%) e do agregado de outras comissões (+25,9%), as quais incluem os "fees" da actividade de bancassurance que anteriormente eram contabilizados em outros proveitos de exploração líquidos. Na actividade em Portugal, as comissões líquidas aumentaram 4,5%, face ao primeiro trimestre de 2008, reflectindo a alteração da contabilização dos "fees" da Millenniumbcp Fortis pela colocação de seguros na rede de distribuição do Banco, por um lado, e o decréscimo das comissões relacionadas com a gestão de activos e operações sobre títulos, como resultado do comportamento instável dos mercados financeiros, por outro, o qual foi parcialmente compensado pelo aumento das comissões associadas a cartões e a operações de crédito. Na actividade internacional, as comissões líquidas reduziram 19,0%, fundamentalmente influenciadas pelas menores comissões com a gestão de activos e operações sobre títulos. Não obstante, as comissões líquidas da actividade internacional reflectem, favoravelmente, o aumento das comissões em Moçambique e em Angola.

Os **resultados em operações financeiras**, que integram os resultados em operações de negociação e de cobertura e os resultados em activos financeiros disponíveis para venda, situaram-se em 149,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, comparando favoravelmente com o prejuízo de 114,9 milhões de euros apurados no trimestre homólogo de 2008. No primeiro trimestre de 2008, os resultados em operações financeiras incluem o impacto da contabilização de perdas por imparidade, no montante de 151,3 milhões de euros, relativas à participação detida no Banco BPI, entretanto alienada. Excluindo este impacto, os resultados em operações financeiras aumentaram 113,3 milhões de euros, beneficiando do desempenho dos resultados apurados, quer na actividade em Portugal, quer na actividade internacional. A evolução favorável dos resultados em operações financeiras reflecte o impacto da descida das taxas de juro e do aumento dos

“spreads” de crédito, consubstanciado nos resultados apurados nos instrumentos e derivados de cobertura, por um lado, e nos derivados de negociação, por outro.

Os **outros proveitos de exploração líquidos**, que agregam os outros proveitos de exploração, os outros resultados de actividades não bancárias e os resultados de alienação de outros activos, situaram-se em 35,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, que comparam com 30,3 milhões de euros registados no trimestre homólogo de 2008. Os outros proveitos de exploração líquidos incorporam, no primeiro trimestre de 2009, o montante de 21,2 milhões de euros relacionado com a valia apurada com a dispersão de 49,9% do capital social do Banco Millennium Angola. Excluindo este impacto, a evolução dos outros proveitos de exploração líquidos reflecte a redução de proveitos - influenciada pela alteração na contabilização dos “fees” associados à actividade de bancassurance que, no segundo trimestre de 2008, passaram a ser registados em comissões, - a qual suplantou a simultânea redução da componente de custos.

Os **resultados por equivalência patrimonial** totalizaram 11,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, comparando com 14,3 milhões de euros no período homólogo de 2008, essencialmente determinados pela apropriação de resultados do negócio segurador, decorrente da participação de 49% detida pelo Grupo na Millenniumbcp Fortis.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

<i>Milhões de euros</i>	1º Trim. 09	1º Trim. 08	Var. 09/08
Comissões líquidas			
Cartões	44,8	42,6	5,2%
Gestão de activos e operações sobre títulos	31,2	49,7	-37,1%
Crédito	36,1	36,6	-1,3%
Outras	56,6	44,9	25,9%
	<u>168,7</u>	<u>173,8</u>	-2,9%
Resultados em operações financeiras ⁽¹⁾	149,8	(114,9)	
Outros proveitos de exploração líquidos ⁽²⁾	35,1	30,3	16,0%
Rendimentos de instrumentos de capital	0,6	1,7	-64,4%
Resultados por equivalência patrimonial	11,5	14,3	-19,4%
Total outros proveitos líquidos	<u>365,7</u>	<u>105,2</u>	247,9%
Outros proveitos / Produto bancário ⁽³⁾	49,5%	20,3%	

⁽¹⁾ Inclui, no primeiro trimestre de 2008, as perdas por imparidade associadas com a participação detida no BPI, no montante de 151,3 milhões de euros.

⁽²⁾ Inclui, no primeiro trimestre de 2009, os proveitos, no montante de 21,2 milhões de euros, relacionados com a dispersão de 49,9% do capital social do Banco Millennium Angola.

⁽³⁾ Calculado de acordo com Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

Os **custos operacionais**, que incluem os custos com pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, cifraram-se em 400,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, comparando com 385,5 milhões de euros contabilizados no período homólogo de 2008. Os custos operacionais integram, no primeiro trimestre de 2008, a anulação de 18,0 milhões de euros de parte da remuneração variável periodificada em 2007, e, no primeiro trimestre de 2009, um aumento dos custos com pensões, no montante de 16,3 milhões de euros, pelo que, excluindo estes impactos, os custos operacionais evidenciaram uma redução de 4,7%. Os custos operacionais na actividade em Portugal, excluindo os impactos anteriormente referidos, registaram uma diminuição de 3,4%, suportada nas reduções dos custos com pessoal, dos outros gastos administrativos e das amortizações do exercício. Na actividade internacional, evidencia-se a descida dos custos operacionais em 7,2%, beneficiando da diminuição dos custos com pessoal, que mais do que compensou os aumentos dos outros gastos administrativos e das amortizações do exercício. O rácio de eficiência consolidado em base comparável registou uma melhoria de 4,5 p.p. ao evoluir de 60,3% no primeiro

trimestre de 2008 para 55,8% no primeiro trimestre de 2009, bem como na actividade em Portugal ao passar de 57,6% para 51,0%, no mesmo período, alcançando um ganho de eficiência de 6,6 p.p..

Os **custos com pessoal** situaram-se em 231,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, face aos 212,3 milhões de euros relevados no primeiro trimestre de 2008. Os custos com pessoal incluem, no primeiro trimestre de 2008, a anulação de 18,0 milhões de euros referente a parte da remuneração variável periodificada em 2007, pelo que, excluindo este impacto, registou-se uma estabilização dos custos com pessoal (+0,7%). Os custos com pessoal da actividade em Portugal reflectem o aumento dos custos com pensões, no montante de 16,3 milhões de euros, pelo que excluindo este efeito, os custos com pessoal na actividade em Portugal diminuíram 1,0%. Na actividade internacional, os custos com pessoal decresceram 17,5%, beneficiando da redução observada na Polónia.

Os **outros gastos administrativos** totalizaram 142,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, evidenciando uma redução de 2,9% quando comparados com os 146,9 milhões de euros apurados no período homólogo de 2008. A diminuição dos outros gastos administrativos beneficiou da redução da generalidade das rubricas, nomeadamente das poupanças alcançadas ao nível de avenças e honorários, serviços especializados, publicidade, deslocações e comunicações, não obstante o aumento dos custos relacionados com rendas e alugueres e com transporte de valores. Os outros gastos administrativos foram favoravelmente influenciados pela diminuição de 6,6% na actividade em Portugal, a qual mais do que compensou o aumento de 3,3% na actividade internacional. O comportamento dos outros gastos administrativos na actividade internacional foi determinado pelo impacto do plano de expansão encetado em algumas geografias, nomeadamente na Roménia, em Moçambique e em Angola, não obstante a redução evidenciada na Polónia, onde se verificou uma diminuição dos gastos em publicidade, em conservação e reparação e em rendas.

As **amortizações do exercício** situaram-se em 26,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, praticamente estabilizando face a igual período de 2008 (-0,7%). Esta evolução beneficiou do menor nível de amortizações relevado na actividade em Portugal, que mais do que anulou o aumento de amortizações registado na actividade internacional. A redução das amortizações do exercício na actividade em Portugal incorpora o menor volume de amortizações relacionadas com imóveis, reflectindo o termo do período de amortização dos investimentos realizados.

CUSTOS OPERACIONAIS

<i>Milhões de euros</i>	1º Trim. 09	1º Trim. 08	Var. 09/08
Custos com o pessoal ⁽¹⁾	231,9	212,3	9,3%
Outros gastos administrativos	142,6	146,9	-2,9%
Amortizações do exercício	26,2	26,3	-0,7%
	<u>400,7</u>	<u>385,5</u>	3,9%
dos quais:			
Actividade em Portugal	271,9	246,7	10,2%
Actividade internacional	128,8	138,8	-7,2%
Custos operacionais / Produto bancário ^{(2) (3)}	51,0%	57,6%	

(1) Inclui em 2008 a anulação de 18,0 milhões de euros, referente a parte da remuneração variável periodificada em 2007.

(2) Actividade em Portugal. Calculado de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

(3) Exclui impacto de itens específicos.

As **imparidades de crédito (líquidas de recuperações)** cifraram-se em 160,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, comparando com 69,8 milhões de euros no período homólogo de 2008. O comportamento das imparidades de crédito (líquidas de recuperações) foi essencialmente determinado pelo aumento das dotações relevadas, quer na actividade em Portugal quer na actividade internacional, tendo sido também condicionado pelo menor nível de recuperações de créditos face ao primeiro trimestre de 2008. O reforço das dotações de imparidades visou cobrir os sinais de imparidade identificados na carteira de crédito, incluindo o impacto da desvalorização de colaterais financeiros, decorrente do prolongamento da instabilidade dos mercados de capitais. O custo do risco, avaliado pela proporção de dotações para imparidades (líquidas de

recuperações) no total da carteira de crédito, excluindo o crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda, situou-se em 86 p.b. (inferior aos 111 p.b. registados no quarto trimestre de 2008).

As **outras provisões**, que agregam as imparidades de outros activos e as outras provisões, situaram-se em 36,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, comparando com os 2,9 milhões de euros contabilizados em igual período de 2008. O montante das outras provisões relevado nos primeiros três meses de 2009 incorpora o provisionamento associado a alguns imóveis recebidos em dação, que, na sequência do processo de reavaliação regular, apresentaram uma redução do respectivo valor de mercado, bem como o reforço das provisões para contingências diversas.

BALANÇO

O **activo total** atingiu 93.085 milhões de euros em 31 de Março de 2009, evidenciando um crescimento de 5,9% face aos 87.885 milhões de euros relevados em igual data de 2008.

O **crédito a clientes**, excluindo o crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda, ascendeu a 74.797 milhões de euros em 31 de Março de 2009, registando um aumento de 8,2% face aos 69.120 milhões de euros apurados em igual data de 2008. A evolução da carteira de crédito a clientes foi suportada pelo desempenho quer do crédito a empresas quer do crédito a particulares, com ambos a registarem crescimentos de 8,2%.

Até 31 de Dezembro de 2008, e de acordo com os critérios adoptados pelo Grupo, os créditos vencidos totalmente provisionados eram abatidos ao activo quando as perdas por imparidade correspondiam a 100%. No primeiro trimestre de 2009, na sequência da Carta Circular 15/2009 do Banco de Portugal, o Banco passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que após uma análise económica sejam considerados como incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação. A aplicação deste critério teve um impacto no valor do crédito vencido relevado no Balanço de 241 milhões de euros. Excluindo a mencionada reclassificação do crédito vencido, o crédito a clientes cresceu 7,8%.

Em Portugal, o crédito a clientes aumentou 6,6%, reflectindo as subidas de 7,7% do crédito a empresas e de 5,0% do crédito a particulares, o qual foi fundamentalmente potenciado pelo crédito à habitação (+5,1%). Na actividade internacional, a carteira de crédito a clientes cresceu 15,5%, alicerçado fundamentalmente no aumento de 17,8% do crédito a particulares, nomeadamente do crédito à habitação, e no crescimento de 11,9% do crédito a empresas. A evolução do crédito concedido a clientes na actividade internacional reflecte sobretudo os desempenhos alcançados na Polónia e na Grécia e também, embora em menor escala, na Roménia, em Moçambique e em Angola. A estrutura da carteira de crédito manteve-se estável e equilibrada, entre 31 de Março de 2008 e 31 de Março de 2009, continuando o crédito a particulares e o crédito a empresas a representarem 45% e 55%, respectivamente, da carteira de crédito a clientes, excluindo o crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda.

CRÉDITO A CLIENTES ⁽¹⁾

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar. 09	31 Mar. 08	Var. 09 / 08
Particulares			
Crédito hipotecário	28.643	26.266	9,1%
Crédito ao consumo	4.984	4.810	3,6%
	<u>33.627</u>	<u>31.076</u>	8,2%
Empresas			
Serviços	14.384	12.198	17,9%
Comércio	5.104	5.300	-3,7%
Outros	21.682	20.546	5,5%
	<u>41.170</u>	<u>38.044</u>	8,2%
Total	<u>74.797</u>	<u>69.120</u>	8,2%
dos quais:			
Actividade em Portugal	60.157	56.443	6,6%
Actividade internacional	14.640	12.677	15,5%

(1) Exclui o crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda.

A **qualidade da carteira de crédito**, aferida com base nos indicadores de incumprimento, evoluiu desfavoravelmente face a 31 de Março de 2008, tendo o crédito vencido há mais de 90 dias em proporção do crédito total, excluindo crédito titulado transferido da carteira de activos financeiros disponíveis para venda, atingindo 1,6% em 31 de Março de 2009. Este desempenho incorpora o efeito da reclassificação e relevação no Balanço de créditos vencidos totalmente provisionados e que evidenciam alguma probabilidade de recuperação, conforme anteriormente referido. O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias situou-se em 160,9% em 31 de Março de 2009.

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 31 DE MARÇO DE 2009 ⁽¹⁾

<i>Milhões de euros</i>	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito Total	Grau de cobertura
Particulares				
Crédito hipotecário	136	176	0,5%	128,8%
Crédito ao consumo	219	258	4,4%	117,8%
	<u>355</u>	<u>434</u>	1,1%	122,0%
Empresas				
Serviços	229	419	1,6%	183,3%
Comércio	195	234	3,8%	119,9%
Outros	390	793	1,8%	203,7%
	<u>814</u>	<u>1.446</u>	2,0%	177,8%
Total	<u>1.169</u>	<u>1.880</u>	1,6%	160,9%

(1) Exclui o crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda.

Os **recursos totais** de clientes ascenderam a 64.169 milhões de euros em 31 de Março de 2009, registando um crescimento de 1,7% face aos 63.098 milhões de euros apurados em igual data de 2008. A evolução dos recursos totais de clientes beneficiou do desempenho dos recursos de balanço (+9,4%), nomeadamente do aumento de 11,6% dos depósitos de clientes, mais do que compensando a redução dos recursos fora de balanço (-18,4%), sobretudo determinada pelos activos sob gestão, reflectindo o impacto do comportamento dos mercados, quer na desvalorização de activos mobiliários, quer na maior oferta e procura das tradicionais aplicações de menor risco. O aumento dos recursos totais de clientes foi suportado pelo crescimento de 1,4% na actividade em Portugal, para o qual contribuiu o aumento de 11,4% dos depósitos de clientes, e pela subida de 3,0% ao nível da actividade internacional, beneficiando também da captação de depósitos de clientes, em particular na Polónia, na Grécia, em Angola e em Moçambique.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar. 09	31 Mar. 08	Var. 09 / 08
Recursos de balanço de clientes			
Depósitos de clientes	43.427	38.917	11,6%
Débitos para com clientes titulados	6.508	6.739	-3,4%
	<u>49.935</u>	<u>45.656</u>	9,4%
Recursos fora de balanço de clientes			
Activos sob gestão	4.415	7.518	-41,3%
Seguros de capitalização	9.819	9.924	-1,1%
	<u>14.234</u>	<u>17.442</u>	-18,4%
Total	<u>64.169</u>	<u>63.098</u>	1,7%
dos quais:			
Actividade em Portugal	51.221	50.528	1,4%
Actividade internacional	12.948	12.570	3,0%

Ao nível da **gestão de liquidez** do Grupo, num contexto particularmente desfavorável afectando o acesso aos mercados monetários e interbancários, o aumento de 11,6% dos depósitos de clientes, face a 31 de Março de 2008, revelou-se um importante instrumento de mobilização de "funding" e de suporte à actividade de concessão de crédito a clientes, a par das emissões de direitos e de dívida realizadas pelo Grupo no último ano, os quais lhe têm vindo a conferir níveis confortáveis de liquidez. No primeiro trimestre de 2009, foi concretizada com sucesso a emissão de dívida a taxa fixa ("Euro Fixed Rate Notes") a 3 anos, garantida pela República Portuguesa, no montante de 1,5 mil milhões de euros, estimando-se em cerca de 3,5 mil milhões de euros o "plafond" ainda utilizável da garantia da República Portuguesa alocada ao Grupo.

Neste âmbito, foi efectuada com sucesso já no decurso do mês de Abril de 2009, uma emissão de obrigações a taxa variável a 5 anos, sem recurso a garantia do Estado, no montante de 1,0 mil milhões de euros, enquanto que o montante de activos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos elegíveis para colateral nas operações de desconto junto do Banco Central Europeu ascende a 7,0 mil milhões de euros.

CAPITAL

Os rácios de capital reportados a 31 de Março de 2009 foram determinados no quadro regulamentar de Basileia II, tendo sido utilizado o método padrão para o cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito e, mediante autorização concedida pelo Banco de Portugal, adoptado o método standard (anteriormente era utilizado o método do indicador básico) para o risco operacional.

O **rácio de solvabilidade consolidado**, em 31 de Março de 2009, situou-se em 9,9%, tendo o Tier I atingido 6,8%. O Core Tier I fixou-se em 5,5%, comparando com 5,8% relevado em 31 de Dezembro de 2008.

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2008, o Core Tier I foi influenciado desfavoravelmente: (i) pela desvalorização do investimento na Eureka (-27 p.b.); (ii) por diferenças cambiais negativas, relacionadas fundamentalmente com a actividade desenvolvida na Polónia e em Moçambique, com impacto tanto ao nível da situação líquida como dos interesses minoritários (-11 p.b.); (iii) pelos impactos diferidos dos ajustamentos da transição para as IFRS, da tábua de mortalidade de 2005 e das perdas actuariais de 2008 (-7 p.b.); e (iv) pelo aumento das acções próprias em carteira em 20 milhões de euros (-3 p.b.) e pelo reforço do provisionamento regulamentar em 20 milhões de euros (-3 p.b.).

Em contrapartida, face a 31 de Dezembro de 2008, o Core Tier I beneficiou da alienação de parte do capital social do Banco Millennium Angola, com impacto nos interesses minoritários e nos resultados (+12 p.b.), a par da contribuição positiva (+5 p.b.) da actividade do primeiro trimestre de 2009 (incluindo a correcção regulamentar associada ao aumento do valor do risco de crédito próprio que ocorreu nos passivos avaliados ao justo valor neste período) para o rácio Core Tier I.

Entre 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Março de 2009 observou-se, ainda, um impacto positivo no Core Tier I, em consequência da diminuição dos riscos ponderados, no montante 1.242 milhões de euros, dos quais 838 milhões de euros decorrentes da alteração do método utilizado para o cálculo dos requisitos de capital para risco operacional, com a já referida adopção do método standard, que se traduziu num impacto de + 7 p.b. ao nível do rácio Core Tier I.

No âmbito do "approval pack" oportunamente submetido ao Banco de Portugal, tendo em vista a aplicação de métodos avançados de cálculo de requisitos de capital, designadamente a adopção do "IRB advanced" para os riscos de crédito em Portugal e das exposições de retalho na Polónia, estima-se um impacto favorável no nível de requisitos de capital do Grupo, que se teria traduzido num rácio de solvabilidade estimado, em 31 de Março de 2009, de 11,2% e num rácio Tier I de 7,9%. Considerando uma abordagem mais prudente, correspondente à fixação de um LGD ("Loss Given Default") de 45% para as exposições "corporate" em Portugal, aqueles rácios ter-se-iam fixado em valores estimados de 10,4% e de 7,4%, respectivamente.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar. 09	31 Dez.08
Fundos Próprios		
Base	4.471	4.780
dos quais: Acções preferenciais	906	955
Deduções em participações ⁽¹⁾	(63)	(60)
Complementares	2.194	2.358
Deduções aos Fundos Próprios Totais	(88)	(81)
Total	6.577	7.057
Riscos Ponderados	66.184	67.426
Rácios de Solvabilidade		
Core Tier I	5,5%	5,8%
Tier I	6,8%	7,1%
Tier II	3,2%	3,4%
Total	9,9%	10,5%

(1) Inclui, nomeadamente, as deduções associadas às participações detidas na Millenniumbcp Fortis e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

SEGMENTOS

O Millennium bcp desenvolve um conjunto de actividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca Comercial, de Banca de Investimento e de Private Banking e Asset Management.

Caracterização dos segmentos

A estratégia de abordagem da Banca de Retalho em Portugal encontra-se delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes "Mass market", e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes "Prestige" e "Negócios". A Banca de Retalho inclui também o ActivoBank7, um banco de serviço global, especializado nos negócios de bolsa e na selecção e aconselhamento de produtos de investimento de longo prazo. No âmbito da estratégia de "cross-selling", a Banca de Retalho funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da generalidade dos negócios do Millennium bcp.

O segmento Corporate e Empresas inclui: (i) a rede "Corporate" em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a rede Empresas em Portugal, servindo as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendido entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados; e (iii) a actividade da Direcção Internacional do Banco.

A actividade de Banca de Investimento é desenvolvida essencialmente pelo Millennium investment banking, instituição especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de "Project finance", "Corporate finance", corretagem de valores mobiliários e "Equity research", bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco.

A actividade de Private Banking e Asset Management é assegurada pela rede "Private Banking" em Portugal, pelo Millennium Banque Privée, uma plataforma de "private banking" de direito suíço, e pelas subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento.

Os Negócios no Exterior englobam as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente na Polónia, Grécia, Turquia, Roménia, Moçambique, Angola e Estados Unidos. Na Polónia, o Grupo está representado por um banco universal, na Grécia por uma operação baseada na inovação de produtos e serviços, na Turquia apresenta-se como uma operação vocacionada para o aconselhamento financeiro e na Roménia marca presença com uma operação de raiz, vocacionada para os segmentos de "Mass market" e de Negócios, Empresas e "Affluent". Todas estas operações desenvolvem a sua actividade sob a mesma marca comercial de Millennium. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique pelo Millennium bim, um banco universal, direccionado para clientes particulares e empresas, em Angola pelo Banco Millennium Angola, um banco focado em clientes particulares e em empresas e instituições do sector público e privado, e nos Estados Unidos pelo Millennium bcpbank, um banco global vocacionado para servir a população local e, em especial, a comunidade portuguesa.

Actividade dos segmentos de negócio

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da conta de exploração, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade. Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afecto aos segmentos, baseiam-se, na metodologia de Basileia II. Em 2009 os riscos ponderados foram influenciados pela adopção do método standard para cálculo dos requisitos de capital para risco operacional, mediante autorização concedida pelo Banco de Portugal (anteriormente era utilizado o método do indicador básico). O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

As contribuições líquidas de cada segmento reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo.

Banca de Retalho em Portugal

A contribuição líquida da Banca de Retalho em Portugal cifrou-se em 48,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, comparando com 84,8 milhões de euros no período homólogo de 2008, reflectindo a diminuição da margem financeira, nomeadamente dos depósitos à ordem, e o reforço do peso relativo dos depósitos a prazo face aos depósitos à ordem, apesar do aumento dos “spreads” de crédito, na sequência do esforço de “repricing” das operações. A contribuição líquida foi também influenciada pelo aumento dos custos operacionais decorrente da abertura de novas sucursais e pelo reforço das dotações para imparidade e provisões, associado aos sinais de imparidade na carteira de crédito e à desvalorização de colaterais financeiros.

A estratégia de captação de novos clientes e de crescimento de recursos permitiu um aumento de depósitos de clientes de 3,4% que, contudo, não foi suficiente para anular o impacto da diminuição registada nos activos sob gestão discricionária em 54,6%, determinando uma diminuição de 1,0% dos recursos totais de clientes ao evoluírem de 34.237 milhões de euros apurados em 31 de Março de 2008 para 33.878 milhões de euros em 31 de Março de 2009.

O crédito a clientes subiu 2,7%, totalizando 35.020 milhões de euros em 31 de Março de 2009, comparando com os 34.099 milhões de euros contabilizados em igual data de 2008, suportado no crescimento do crédito à habitação, evidenciando, contudo, um abrandamento do ritmo de crescimento.

No que respeita aos níveis de “cross-selling”, a rede de Retalho registou uma evolução favorável ao passar de 4,03 produtos por cliente em Março de 2008 para 4,13 em Março de 2009.

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar.09	31 Mar.08	Var. 09 / 08
Demonstração de resultados			
Margem financeira	204,2	242,7	-15,9%
Outros proveitos líquidos	100,9	95,8	5,4%
	305,1	338,5	-9,8%
Custos operacionais	186,0	181,2	2,7%
Imparidade e provisões	53,2	41,9	27,1%
Contribuição antes de impostos	65,9	115,4	-42,9%
Impostos	17,4	30,6	-43,0%
Contribuição líquida	48,5	84,8	-42,9%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.060	1.061	-0,1%
Rendibilidade do capital afecto	18,5%	32,2%	
Riscos ponderados	21.205	21.352	-0,7%
Rácio de eficiência	61,0%	53,5%	
Crédito a clientes	35.020	34.099	2,7%
Recursos totais de clientes	33.878	34.237	-1,0%

Corporate e Empresas

No segmento Corporate e Empresas a contribuição líquida totalizou 19,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, comparando com 56,3 milhões de euros no período homólogo de 2008. Não obstante a evolução positiva verificada na margem financeira, o desempenho deste segmento foi determinado pelo reforço da dotação para imparidade e provisões, resultante do aumento da carteira de crédito com sinais de imparidade, a par da desvalorização de colaterais financeiros, acompanhando a queda dos mercados de capitais.

O aumento de margem financeira, reflecte, por um lado, o acréscimo do volume de negócios, tanto ao nível do crédito concedido a clientes como ao nível dos depósitos de clientes e, por outro, a disciplina na política de "pricing" e na gestão de risco, procurando otimizar o consumo de capital que se traduziu numa melhoria da taxa de margem do crédito, suplantando a diminuição da margem financeira decorrente da redução da taxa de margem dos recursos, nomeadamente dos depósitos à ordem. Os custos operacionais também contribuíram positivamente, ao registarem uma redução face ao período homólogo, evidenciando poupanças sustentadas desde 2008.

Os recursos totais de clientes cresceram 26,6%, ascendendo a 13.648 milhões de euros em 31 de Março de 2009, comparando com 10.778 milhões de euros apurados em 31 de Março de 2008. O aumento dos recursos de clientes, apesar da intensidade competitiva neste segmento de negócio, foi suportado pelo crescimento dos depósitos de clientes (36,7%), dos activos sob gestão e dos débitos titulados, não obstante a redução verificada nos seguros de capitalização.

O crédito a clientes atingiu os 23.218 milhões de euros no final de Março de 2009, aumentando 5,2% face aos 22.074 milhões de euros contabilizados no final de Março de 2008. A evolução favorável do crédito ocorreu num contexto caracterizado pelo acentuar da restritividade no acesso a fontes de financiamento e pela maior selectividade na concessão de crédito, com reflexo numa maior disciplina ao nível dos preços. Destaque para o crescimento verificado no leasing imobiliário e no crédito por assinatura.

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar.09	31 Mar.08	Var. 09 / 08
Demonstração de resultados			
Margem financeira	99,7	84,1	18,6%
Outros proveitos líquidos	31,7	32,7	-3,0%
	131,4	116,8	12,5%
Custos operacionais	24,4	27,1	-10,2%
Imparidade e provisões	80,3	13,0	--
Contribuição antes de impostos	26,8	76,6	-65,1%
Impostos	7,1	20,3	-65,1%
Contribuição líquida	19,7	56,3	-65,1%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.211	1.228	-1,4%
Rendibilidade do capital afecto	6,6%	18,4%	
Riscos ponderados	24.215	24.560	-1,4%
Rácio de eficiência	18,5%	23,2%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	23.218	22.074	5,2%
Recursos totais de clientes	13.648	10.778	26,6%

(1) Inclui papel comercial.

Banca de Investimento

A contribuição líquida da Banca de Investimento situou-se em 16,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, comparando com 12,9 milhões de euros relevados em igual período de 2008. Este desempenho reflecte fundamentalmente: o aumento da margem financeira, determinado pelo efeito taxa de juro, associado à gradual amortização de empréstimos obrigacionistas que não foram substituídos, e pelo efeito volume, relacionado com o crescimento da carteira de activos financeiros disponíveis para venda; o aumento dos resultados em operações financeiras decorrente do acréscimo dos resultados em operações cambiais, da reavaliação de títulos e instrumentos derivados e de correcções ao valor dos passivos objecto de operações de cobertura; e uma subida das comissões líquidas, determinada pelo crescimento das comissões de sindicância internacional, de produtos estruturados e de montagem de operações de securitização, que mais do que compensaram as reduções nas comissões de Unit Links e de corretagem de bolsa.

O crédito a clientes registou um crescimento de 19,0% entre o final de Março de 2008 e o final de Março de 2009, suportado pela intervenção do Millennium investment banking em importantes operações de "project finance" e de "structured finance", no quadro do financiamento de projectos de investimento estruturantes, nomeadamente em sectores como o da energia.

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar.09	31 Mar.08	Var. 09 / 08
Demonstração de resultados			
Margem financeira	8,7	2,0	--
Outros proveitos líquidos	25,5	26,4	-3,6%
	34,1	28,4	20,3%
Custos operacionais	11,1	13,5	-18,3%
Imparidade e provisões	0,0	(2,7)	--
Contribuição antes de impostos	23,0	17,5	31,7%
Impostos	6,4	4,6	38,2%
Contribuição líquida	<u>16,7</u>	<u>12,9</u>	29,4%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	111	106	5,1%
Rendibilidade do capital afecto	60,8%	49,0%	
Riscos ponderados	2.226	2.394	-7,0%
Rácio de eficiência	32,4%	47,7%	
Crédito a clientes	1.122	943	19,0%

Private Banking e Asset Management

O segmento Private Banking e Asset Management registou uma contribuição líquida negativa de 1,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, face à contribuição positiva de 6,9 milhões de euros apurada em igual período de 2008. A evolução da contribuição líquida reflecte o reforço das dotações para imparidade e provisões, relacionado com a desvalorização de colaterais financeiros na sequência da queda dos mercados de capitais, e o menor nível de comissões condicionado pelo efeito volume desfavorável associado às comissões de gestão e intermediação de fundos e de activos sob gestão e pela diminuição das comissões com a colocação de títulos, operações de bolsa e produtos estruturados.

O aumento da margem financeira, relativamente ao período homólogo de 2008, foi determinado pelo crescimento do volume de crédito a clientes e pelo aumento da respectiva taxa de margem na sequência do "repricing" das operações.

Os depósitos a prazo da rede de Private Banking em Portugal, registaram uma evolução favorável ao aumentarem 45,5% face a 31 de Março de 2008. Este crescimento não foi suficiente para compensar a evolução dos activos sob gestão que totalizaram 9.925 milhões de euros em 31 de Março de 2009, evidenciando uma redução de 26,0% face a igual data de 2008, reflectindo o comportamento adverso dos mercados de capitais, determinada fundamentalmente pelo desempenho desfavorável dos fundos de investimento mobiliário e de produtos estruturados.

O crédito a clientes ascendeu a 3.671 milhões de euros em 31 de Março 2009, representando uma subida de 7,6% face aos 3.412 milhões de euros em 31 de Março de 2008, suportada pelo desempenho da rede Private Banking em Portugal, que registou um crescimento de 26,6%, potenciado pelo esforço de alargamento da base de negócios.

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar. 09	31 Mar. 08	Var. 09 / 08
Demonstração de resultados			
Margem financeira	18,0	14,0	28,3%
Outros proveitos líquidos	8,1	14,7	-45,2%
	<u>26,1</u>	<u>28,7</u>	-9,4%
Custos operacionais	13,4	13,9	-3,9%
Imparidade e provisões	17,5	6,9	152,2%
Contribuição antes de impostos	(4,9)	7,9	--
Impostos	(3,1)	0,9	--
Contribuição líquida	<u>(1,8)</u>	<u>6,9</u>	--
Síntese de indicadores			
Capital afecto	123	112	10,0%
Rendibilidade do capital afecto	-5,9%	24,8%	
Riscos ponderados	2.467	2.278	8,3%
Rácio de eficiência	51,4%	48,5%	
Crédito a clientes	3.671	3.412	7,6%
Activos sob gestão	9.925	13.419	-26,0%

Negócios no Exterior

No segmento Negócios no Exterior a contribuição líquida, registou uma diminuição de 81,5% totalizando 7,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009, comparando com 40,3 milhões de euros no período homólogo de 2008. A evolução da contribuição líquida reflecte o reforço das dotações para imparidade e provisões e a diminuição da margem financeira observada na generalidade das operações no exterior, reflectindo, contudo os maiores impactos registados na Polónia.

A redução da margem financeira na Polónia foi determinada, entre outros, pelos seguintes factores: forte intensidade competitiva nos depósitos tendo resultado num decréscimo das margens para níveis negativos; aumento do custo de refinanciamento em moeda estrangeira; e manutenção da política de descida das taxas de juro por parte das autoridades monetárias Polacas. O acréscimo da margem financeira em Angola e em Moçambique foi suportado pelo aumento verificado nos volumes de negócios.

Os custos operacionais registaram uma redução, beneficiando da diminuição dos custos com pessoal e dos gastos administrativos na Polónia e na Turquia que mais do que compensaram o aumento dos custos operacionais na Grécia, em Moçambique, em Angola e na Roménia associados à estratégia de crescimento orgânico em curso nas referidas operações no exterior, corporizado no aumento da rede de distribuição, com reflexo no reforço do quadro de colaboradores.

O crédito concedido a clientes cresceu 15,2%, ascendendo a 14.331 milhões de euros em 31 de Março de 2009, beneficiando do desempenho tanto ao nível do crédito a particulares como do crédito a empresas, impulsionado pela contínua disponibilização de produtos e serviços financeiros inovadores, adaptados às necessidades e perfil de risco dos clientes. Esta evolução reflecte o crescimento evidenciado por todas as operações no exterior, em particular na Polónia, em Angola e Moçambique.

Os recursos totais de clientes aumentaram 3,0%, totalizando 12.948 milhões de euros em 31 de Março de 2009, potenciados pelo nível de captação de depósitos de clientes (12,1%), em particular na Polónia, na Grécia, em Angola e em Moçambique.

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar. 09	31 Mar. 08	Var. 09 / 08
Demonstração de resultados			
Margem financeira	80,8	114,0	-29,2%
Outros proveitos líquidos	98,9	86,7	14,0%
	179,7	200,8	-10,5%
Custos operacionais	128,8	138,8	-7,2%
Imparidade e provisões	43,1	11,2	--
Contribuição antes de impostos	7,7	50,7	-84,7%
Impostos	0,3	10,5	-97,1%
Contribuição líquida	7,4	40,3	-81,5%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	969	809	19,7%
Rendibilidade do capital afecto	3,1%	20,0%	
Riscos ponderados	12.710	12.657	0,4%
Rácio de eficiência	71,7%	69,1%	
Crédito a clientes	14.331	12.440	15,2%
Recursos totais de clientes	12.948	12.570	3,0%

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

O estabelecimento das bases para acelerar o plano de negócios em Angola, consubstanciado na parceria estratégica estabelecida com a Sonangol e o Banco Privado Atlântico, o ajustamento à nova envolvente de mercado dos modelos de negócio nalgumas áreas de negócio em Portugal, o ajustamento do “pricing” por forma a reflectir o custo do risco de crédito e de liquidez, a adequada gestão da liquidez e do capital, bem como as iniciativas visando potenciar a base de clientes em todas as operações do Grupo, constituíram os principais acontecimentos do primeiro trimestre de 2009, merecendo especial relevância os seguintes:

- Conclusão das transacções financeiras referentes ao acordo de parceria estratégica estabelecido com a Sonangol e o Banco Privado Atlântico (BPA), no âmbito das quais, através do aumento de capital efectuado no Banco Millennium Angola (BMA), a Sonangol passa a deter 29,9% do capital do BMA e o BPA a assumir uma participação de 20% no capital do BMA. O BMA, por sua vez, adquiriu uma participação de 10% no capital do BPA;
- Lançamento de novas prioridades estratégicas para 2009, tendo sido definidos seis vectores de actuação prioritária: Gestão proactiva e rigorosa do risco; Gestão integrada e prudente da liquidez e do capital; Aprofundamento do compromisso com os clientes e maximização de recursos e valor; Aceleração da redução de custos e simplificação organizativa; Ajuste de modelos de negócio e materialização de oportunidades de crescimento; e Gestão de talento e mobilização dos colaboradores;
- Realização da Assembleia Geral Anual, em 30 de Março, tendo sido aprovado o relatório de gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados relativos ao exercício de 2008, deliberada a supressão do Conselho Superior e a eleição dos membros do Conselho Geral e de Supervisão para o período de 2009/2010;
- Emissão de obrigações a taxa fixa a 3 anos, garantida pela República Portuguesa, no montante de 1,5 mil milhões de euros, ao abrigo do Programa de Euro Medium Term Notes;
- Já em Abril, 28 sucursais do Millennium bcp, situadas em centros urbanos e nos principais centros comerciais, passaram a abrir ao Sábado, com o objectivo de reforçar a relação de proximidade e confiança com os clientes;
- Organização pelo Millennium investment banking de um conjunto de conferências com o objectivo de partilhar conhecimentos e experiências com os clientes e reflectir sobre as perspectivas dos mercados accionistas para 2009;
- Realização dos Encontros Millennium em Setúbal e em Braga, no âmbito da estratégia de reforço do dinamismo comercial e institucional do Millennium bcp;
- Confirmação, pela agência Fitch Ratings, ao Bank Millennium, na Polónia, das notações de rating de longo e curto prazo “A” e “F1”; Individual “C/D” e Suporte “1”, com um “outlook” “estável”;
- Distinção no âmbito das “Best Companies for Leaders Portugal”, tendo o Millennium bcp sido considerado a melhor empresa do sector bancário, num estudo realizado pela consultora de gestão HayGroup;
- O Millennium bcp foi considerado o Banco preferido dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal e das empresas estrangeiras a operar em Portugal, de acordo com um estudo do “The Portugal News”;
- Atribuição do título “Pearl of the Polish Economy” na sexta edição do ranking dos “Empreendedores Polacos”, elaborado pela publicação “Polish Market Economic Magazine” em conjunto com o Instituto de Economia da Academia de Ciências;
- Atribuição, ao Millennium bim, do prémio “Ernst & Young Entrepreneur of the Year” na categoria “Responsabilidade Social Empresa Multinacional”;
- No âmbito das iniciativas de sustentabilidade e de responsabilidade social, o Millennium bcp apoiou a entrega de prémios “Criação de empresas, empreendedorismo e inovação”; patrocinou o “The Lisbon MBA”; doou um acervo documental à Biblioteca Central de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa; organizou uma acção de plantação de árvores realizada por colaboradores e familiares em parceria com a Quercus e a Cascais Natura; organizou o Seminário de Banca e Mercados Financeiros, para estudantes, e tornou-se parceiro da Community of European Management Schools.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Ao longo do primeiro trimestre de 2009 a actividade económica mundial e os mercados financeiros mantiveram um comportamento irregular. A actuação das autoridades - a nível orçamental, monetário e no plano da cooperação internacional - contribuiu para atenuar o clima de elevada aversão ao risco que caracterizou o último trimestre de 2008. A credibilidade das políticas propostas, designadamente as suas implicações a médio prazo, constituiu um elemento crucial na capacidade de dinamização da despesa privada.

Os cenários de crescimento económico continuam negativos, subsistindo uma conjuntura recessiva nas economias desenvolvidas e um menor contributo dos países em desenvolvimento para o crescimento mundial. As expectativas de retoma moderada para 2010 assentam no pressuposto de que os estímulos começarão a produzir efeitos ao longo da segunda metade de 2009. Os dados mais recentes sugerem uma interrupção na tendência de quebra da actividade económica, designadamente em indicadores do lado da oferta. Contudo, o contexto ainda se afigura adverso para a procura privada, mantendo-se a pressão para políticas públicas atenuantes. O grau de intervenção orçamental tem vindo a aumentar. Os estímulos orçamentais ascendem em termos médios a valores entre 3% a 4% do PIB nas economias desenvolvidas, com diferenças regionais.

Os mercados financeiros apresentaram-se voláteis, pese embora tenha ocorrido um desagravamento no clima de aversão ao risco no final do trimestre. Os prémios de risco em algumas classes de activos retornaram para níveis próximos dos exibidos antes do colapso dos mercados em Setembro de 2008. Os índices bolsistas recuperaram dos valores mínimos do actual ciclo, que foram atingidos em meados do trimestre. Os "spreads" de crédito da dívida soberana também diminuíram, recuperando da forte pressão de que foram alvo no início do ano perante o aumento e concentração da oferta de dívida naquele período. Os receios em relação à capacidade de refinanciamento de dívida vincenda, designadamente dívida denominada em moeda estrangeira, prejudicaram os mercados financeiros da Europa de Leste e conduziram a depreciações significativas nas respectivas moedas. Os compromissos assumidos, a nível europeu e internacional, de suporte financeiro a estes países, nomeadamente no âmbito do G20, proporcionaram um movimento subsequente de correcção.

A política monetária mantém um pendor fortemente expansionista. Com a capacidade de estímulo por via das taxas de juro de curto prazo bastante reduzida, os bancos centrais têm adoptado medidas não convencionais, tendentes a manter um nível geral de taxas de juro relativamente baixo e a normalizar o ciclo do crédito. O Banco Central Europeu reduziu a taxa principal de refinanciamento para 1,25% (para 1%, já em Maio de 2009). O espaço para novas reduções vai diminuindo e reflecte-se num abrandamento da tendência descendente das taxas de juro Euribor. Nos países com políticas monetárias autónomas, as reduções nas taxas de juro oficiais têm permanecido condicionadas pela evolução do sentimento de mercado.

O comportamento das economias domésticas apresentou-se em consonância com as tendências globais, com uma quebra pronunciada da actividade económica nos últimos seis meses. Se, em termos relativos, os dados actuais sugerem um desempenho mais favorável na Polónia, Grécia e Roménia do que para a média da área do euro, o grau de incerteza na evolução futura destas economias é ainda elevado. Em Portugal, a actividade económica terá apresentado novo agravamento no primeiro trimestre deste ano, em particular no sector dos serviços, com impacto negativo nos níveis de emprego. A tendência desinflationista persiste. Nos próximos meses a taxa de inflação tenderá a permanecer marginalmente negativa. O crescimento económico em Angola e Moçambique também deverá ser afectado, mas mais pronunciadamente no primeiro caso, dada a maior dependência económica da produção e volume de receitas do sector petrolífero, factor que determinou uma revisão da política cambial.

O enquadramento económico e financeiro adverso tem-se repercutido numa evolução muito moderada da actividade bancária na generalidade dos países europeus, verificando-se um abrandamento expressivo nos fluxos de crédito concedido, a par com um aumento dos incumprimentos. A obtenção de recursos nos mercados de financiamento por grosso de longo prazo persiste intermitente e com custos acrescidos. Diversas entidades financeiras têm reforçado os seus níveis de capital, através de retenção de resultados ou captação de capital novo, que em algumas geografias proveio sobretudo do Estado. Os planos de suporte ao sistema financeiro têm sido reformulados para melhor se adequarem à realidade subjacente. Contudo, as condições de liquidez no mercado monetário interbancário europeu, aferido pelos volumes e extensão dos prazos das transacções, persistem limitadas.

INFORMAÇÃO TRIMESTRAL INDIVIDUAL/CONSOLIDADA (Não Auditada)

(Modelo aplicável às entidades sujeitas à disciplina do Plano de Contas para o Sistema Bancário/Leasing/Factoring)

Empresa: Banco Comercial Português, S.A. _____
 Sede: Praça D. João I, 28 - 4000-295 Porto _____ NIPC: 501 525 882 _____
 Período de referência: _____ Valores de referência em 000Esc em Euros
 1º Trimestre 3º Trimestre 5º Trimestre⁽¹⁾ Início: 01/01/2009 Fim: 31/03/2009

Rubricas do Balanço	Individual			Consolidada		
	n (NCA)	n-1 (NCA)	Var. (%)	n (IAS)	n-1 (IAS)	Var. (%)
ACTIVO (Líquido)						
Créditos sobre Instituições de Crédito ⁽²⁾	1.352.856.435	11.482.449.554	-88,22%	2.238.595.016	5.307.399.953	-57,82%
Créditos sobre clientes	56.886.516.997	50.214.838.556	13,29%	75.939.980.642	67.885.173.632	11,87%
Títulos de rendimento fixo	13.290.790.551	4.860.262.656	173,46%	4.652.754.876	5.305.967.970	-12,31%
Títulos de rendimento variável	2.691.647.304	2.022.490.261	33,09%	2.368.366.169	2.022.941.383	17,08%
Participações	3.991.144.336	1.882.011.379	112,07%	348.561.200	319.460.985	9,11%
CAPITAIS PRÓPRIOS E EQUIPARADOS						
Valor do Capital social	4.694.600.000	3.611.329.567	30,00%	4.694.600.000	3.611.329.567	30,00%
Nº de acções ordinárias	4.694.600.000	3.611.329.567	-	4.694.600.000	3.611.329.567	-
Nº de acções de outra natureza	0	0	-			-
Valor das Acções próprias	0	0	-	33.545.969	5.627.283	496,13%
Nº de acções com voto	0	0	-	53.557.637	2.732.742	-
Nº de acções pref. Sem voto	0	0	-			-
Empréstimos subordinados	3.876.946.954	4.159.149.027	-6,79%	2.538.536.867	2.921.679.070	-13,11%
Interesses minoritários	0	0	-	334.635.054	296.657.310	12,80%
PASSIVO						
Débitos p/ c/ instituições de crédito	19.913.121.348	27.876.388.431	-28,57%	9.519.130.874	10.324.186.860	-7,80%
Débitos para com clientes	30.888.603.589	27.893.276.716	10,74%	43.427.278.489	38.917.351.576	11,59%
Débitos representados por títulos	10.905.018.411	8.840.041.153	23,36%	19.105.309.967	25.406.477.994	-24,80%
TOTAL DO ACTIVO (Líquido)	92.400.629.867	78.596.092.147	17,56%	93.084.817.326	87.884.773.968	5,92%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	5.467.043.193	4.056.397.643	34,78%	5.712.861.971	4.618.578.695	23,69%
TOTAL DO PASSIVO	86.933.586.674	74.539.694.504	16,63%	87.037.320.301	82.969.536.963	4,90%

Rubricas da Demonstração de Resultados	Individual			Consolidada		
	n	n-1	Var. (%)	n	n-1	Var. (%)
Margem Financeira ⁽³⁾	246.969.198	248.610.538	-0,66%	373.809.125	412.220.728	-9,32%
Comissões e outros prov. exploração (líquido)	124.799.457	131.366.517	-5,00%	203.835.177	204.030.571	-0,10%
Rend. Títulos e result. operac. financ. (líquido)	100.512.184	37.183.588	170,31%	150.374.043	-113.171.780	-232,87%
Produto Bancário	472.280.839	417.160.643	13,21%	728.018.345	503.079.519	44,71%
Custos pessoal, administ. e outros custos	-249.026.512	-225.088.704	10,63%	-374.533.001	-359.153.957	4,28%
Amortizações	-12.009.805	-12.724.355	-5,62%	-26.183.822	-26.358.765	-0,66%
Provisões (líquidas de reposições)	-167.934.968	-73.402.418	128,79%	-196.929.128	-72.649.975	171,07%
Resultados extraordinários	0	0	n.a.	0	0	n.a.
Resultados antes de impostos	43.309.554	105.945.166	-59,12%	130.372.394	44.916.822	190,25%
Imposto sobre o rendimento ⁽⁴⁾	-8.605.526	-1.251.070	587,85%	-28.866.243	-27.781.122	3,91%
Interesses minorit. e res. emp. excl. cons.	0	0	-	5.171.106	-2.426.298	-313,13%
Resultado líquido ao trimestre	34.704.028	104.694.096	-66,85%	106.677.257	14.709.402	625,23%
Resultado líquido ao trimestre por acção	0,0074	0,0290	-74,50%	0,0227	0,0041	457,89%
Autofinanciamento ⁽⁵⁾	214.648.801	190.820.869	12,49%	329.790.207	113.718.142	190,01%

⁽¹⁾ Aplicável no primeiro exercício económico das sociedades que adoptem um exercício anual diferente do correspondente

ao ano civil (Art.65.º - A do Código das Sociedades comerciais);

⁽²⁾ Inclui disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito

⁽³⁾ Margem Financeira = Juros e proveitos equiparados - Juros e custos equiparados;

⁽⁴⁾ Estimativa de imposto sobre rendimento

⁽⁵⁾ Autofinanciamento = Resultados líquidos + Amortizações + Provisões

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para os períodos de três meses findos em 31 de Março de 2009 e 2008

	31 Março 2009	31 Março 2008
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	1.102.089	1.232.456
Juros e custos equiparados	(728.280)	(820.235)
Margem financeira	373.809	412.221
Rendimentos de instrumentos de capital	600	1.686
Resultado de serviços e comissões	168.713	173.751
Resultados em operações de negociação e de cobertura	136.711	38.193
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	13.063	(153.051)
Outros proveitos de exploração	9.518	25.274
	702.414	498.074
Outros resultados de actividades não bancárias	4.238	4.108
Total de proveitos operacionais	706.652	502.182
Custos com o pessoal	231.940	212.262
Outros gastos administrativos	142.593	146.892
Amortizações do exercício	26.184	26.359
Total de custos operacionais	400.717	385.513
	305.935	116.669
Imparidade do crédito	(160.083)	(69.756)
Imparidade de outros activos	(16.634)	(11.666)
Outras provisões	(20.212)	8.771
Resultado operacional	109.006	44.018
Resultados por equivalência patrimonial	11.499	14.265
Resultados de alienação de outros activos	21.366	899
Resultado antes de impostos	141.871	59.182
Impostos		
Correntes	(37.062)	(29.534)
Diferidos	8.196	1.753
Resultado após impostos	113.005	31.401
Resultado consolidado do exercício atribuível a:		
Accionistas do Banco	106.677	14.709
Interesses minoritários	6.328	16.692
Lucro do período	113.005	31.401

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 31 de Março de 2009 e de 2008 e 31 de Dezembro de 2008

	31 Março 2009	31 Dezembro 2008	31 Março 2008
	(Milhares de Euros)		
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.373.422	2.064.407	1.699.441
Disponibilidades em outras instituições de crédito	686.794	1.048.348	630.063
Aplicações em instituições de crédito	1.551.801	2.892.345	4.677.337
Créditos a clientes	75.939.981	75.165.014	67.885.174
Activos financeiros detidos para negociação	3.825.295	3.903.267	2.797.320
Activos financeiros disponíveis para venda	1.679.747	1.714.178	4.488.304
Activos com acordo de recompra	81.176	14.754	43.135
Derivados de cobertura	233.327	117.305	169.749
Investimentos detidos até à maturidade	1.434.903	1.101.844	150
Investimentos em associadas	348.561	343.934	319.461
Activos não correntes detidos para venda	41.138	19.558	26.122
Outros activos tangíveis	721.143	745.818	690.552
Goodwill e activos intangíveis	539.046	540.228	533.538
Activos por impostos correntes	22.976	18.127	21.848
Activos por impostos diferidos	584.900	586.952	629.230
Outros activos	4.020.607	4.147.645	3.273.350
	<u>93.084.817</u>	<u>94.423.724</u>	<u>87.884.774</u>
Passivo			
Depósitos de bancos centrais	2.181.674	3.342.301	1.013.066
Depósitos de outras instituições de crédito	7.337.457	5.997.066	9.311.121
Depósitos de clientes	43.427.278	44.907.168	38.917.352
Títulos de dívida emitidos	19.105.310	20.515.566	25.406.478
Passivos financeiros detidos para negociação	1.754.048	2.138.815	1.474.755
Outros passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	8.392.124	6.714.323	2.124.477
Derivados de cobertura	146.103	350.960	108.430
Provisões	238.745	221.836	233.233
Passivos subordinados	2.538.537	2.598.660	2.921.679
Passivos por impostos correntes	3.109	4.826	34.014
Passivos por impostos diferidos	371	336	518
Outros passivos	1.912.564	1.383.633	1.424.415
	<u>87.037.320</u>	<u>88.175.490</u>	<u>82.969.538</u>
Situação Líquida			
Capital	4.694.600	4.694.600	3.611.330
Títulos próprios	(83.986)	(58.631)	(55.887)
Prémio de emissão	183.368	183.368	881.707
Acções preferenciais	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	26.629	214.593	207.447
Reservas e resultados acumulados	(214.426)	(274.622)	(1.040.727)
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	106.677	201.182	14.709
	<u>5.712.862</u>	<u>5.960.490</u>	<u>4.618.579</u>
Total da Situação Líquida atribuível ao Grupo			
Interesses minoritários	334.635	287.744	296.657
	<u>6.047.497</u>	<u>6.248.234</u>	<u>4.915.236</u>
Total da Situação Líquida	<u>93.084.817</u>	<u>94.423.724</u>	<u>87.884.774</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES

**31 DE MARÇO DE
2009**

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados para o período de três meses findos em 31 de Março de 2009 e 2008

	Notas	31 Março 2009	31 Março 2008
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	1.102.089	1.232.456
Juros e custos equiparados	3	<u>(728.280)</u>	<u>(820.235)</u>
Margem financeira		373.809	412.221
Rendimentos de instrumentos de capital	4	600	1.686
Resultados de serviços e comissões	5	168.713	173.751
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	136.711	38.193
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	7	13.063	(153.051)
Outros proveitos de exploração	8	<u>9.518</u>	<u>25.274</u>
		702.414	498.074
Outros resultados de actividades não bancárias		<u>4.238</u>	<u>4.108</u>
Total de proveitos operacionais		<u>706.652</u>	<u>502.182</u>
Custos com o pessoal	9	231.940	212.262
Outros gastos administrativos	10	142.593	146.892
Amortizações do exercício	11	<u>26.184</u>	<u>26.359</u>
Total de custos operacionais		<u>400.717</u>	<u>385.513</u>
		305.935	116.669
Imparidade do crédito	12	(160.083)	(69.756)
Imparidade de outros activos	29	(16.634)	(11.666)
Outras provisões	13	<u>(20.212)</u>	<u>8.771</u>
Resultado operacional		109.006	44.018
Resultados por equivalência patrimonial	14	11.499	14.265
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	15	<u>21.366</u>	<u>899</u>
Resultado antes de impostos		141.871	59.182
Impostos			
Correntes	16	(37.062)	(29.534)
Diferidos	16	<u>8.196</u>	<u>1.753</u>
Resultado após impostos		<u>113.005</u>	<u>31.401</u>
Resultado consolidado do período atribuível a:			
Accionistas do Banco		106.677	14.709
Interesses minoritários	42	<u>6.328</u>	<u>16.692</u>
Lucro do período		<u>113.005</u>	<u>31.401</u>
Resultado consolidado do período atribuível a:			
Accionistas do Banco		106.677	14.709
Outros rendimentos e gastos	17	<u>(250.061)</u>	<u>(16.107)</u>
Rendimentos e gastos atribuíveis aos accionistas	17	<u>(143.384)</u>	<u>(1.398)</u>
Resultado por acção (em euros)	18		
Básico		0,08	0,00
Diluído		0,08	0,00

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 31 de Março de 2009 e 31 de Dezembro de 2008

	Notas	31 Março 2009	31 Dezembro 2008
(Milhares de Euros)			
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	19	1.373.422	2.064.407
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	686.794	1.048.348
Aplicações em instituições de crédito	21	1.551.801	2.892.345
Créditos a clientes	22	75.939.981	75.165.014
Activos financeiros detidos para negociação	23	3.825.295	3.903.267
Activos financeiros disponíveis para venda	23	1.679.747	1.714.178
Activos com acordo de recompra		81.176	14.754
Derivados de cobertura	24	233.327	117.305
Investimentos detidos até à maturidade	25	1.434.903	1.101.844
Investimentos em associadas	26	348.561	343.934
Activos não correntes detidos para venda	30	41.138	19.558
Outros activos tangíveis	27	721.143	745.818
Goodwill e activos intangíveis	28	539.046	540.228
Activos por impostos correntes		22.976	18.127
Activos por impostos diferidos	29	584.900	586.952
Outros activos	30	4.020.607	4.147.645
		<u>93.084.817</u>	<u>94.423.724</u>
Passivo			
Depósitos de bancos centrais		2.181.674	3.342.301
Depósitos de outras instituições de crédito	31	7.337.457	5.997.066
Depósitos de clientes	32	43.427.278	44.907.168
Títulos de dívida emitidos	33	19.105.310	20.515.566
Passivos financeiros detidos para negociação	34	1.754.048	2.138.815
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	35	8.392.124	6.714.323
Derivados de cobertura	24	146.103	350.960
Provisões	36	238.745	221.836
Passivos subordinados	37	2.538.537	2.598.660
Passivos por impostos correntes		3.109	4.826
Passivos por impostos diferidos	29	371	336
Outros passivos	38	1.912.564	1.383.633
Total do Passivo		<u>87.037.320</u>	<u>88.175.490</u>
Situação Líquida			
Capital	39	4.694.600	4.694.600
Títulos próprios	42	(83.986)	(58.631)
Prémio de emissão		183.368	183.368
Ações preferenciais	39	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	41	26.629	214.593
Reservas e resultados acumulados	41	(214.426)	(274.622)
Lucro líquido do período atribuível aos accionistas do Banco		<u>106.677</u>	<u>201.182</u>
Total da Situação Líquida atribuível ao Grupo		5.712.862	5.960.490
Interesses minoritários	43	<u>334.635</u>	<u>287.744</u>
Total da Situação Líquida		<u>6.047.497</u>	<u>6.248.234</u>
		<u>93.084.817</u>	<u>94.423.724</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
para o período de três meses findos em 31 de Março de 2009 e 2008

	31 Março 2009	31 Março 2008
	(Milhares de Euros)	
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	1.125.584	1.148.490
Comissões recebidas	220.663	216.252
Recebimentos por prestação de serviços	68.086	78.141
Pagamento de juros	(805.760)	(779.632)
Pagamento de comissões	(77.232)	(78.498)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	7.867	13.439
Prémios de seguros recebidos	5.145	5.943
Pagamento de indemnizações da actividade seguradora	(1.560)	(3.993)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(433.069)	(473.996)
	<u>109.724</u>	<u>126.146</u>
Diminuição / (aumento) de activos operacionais:		
Fundos adiantados a instituições de crédito	984.400	408.407
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	878.412	1.540.998
Fundos adiantados a clientes	(602.987)	(2.256.422)
Títulos negociáveis a curto prazo	101.124	165.600
Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	81.353	(74.451)
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	499.294	1.006.873
Débitos para com clientes – à vista	(661.682)	(474.829)
Débitos para com clientes – a prazo	(659.992)	134.632
	<u>729.646</u>	<u>576.954</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	4.851	(6.263)
	<u>734.497</u>	<u>570.691</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Cedência de investimentos em subsidiárias e associadas	83.408	-
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	-	(1.994)
Dividendos recebidos	34	1.118
Juros recebidos de activos financeiros disponíveis para venda	24.244	45.340
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	10.390.022	8.570.560
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(18.152.756)	(15.844.067)
Vencimentos de activos financeiros disponíveis para venda	7.309.280	7.051.088
Compra de imobilizações	(22.842)	(30.219)
Venda de imobilizações	8.453	5.376
Aumento / (diminuição) em outras contas do activo	(146.642)	73.574
	<u>(506.799)</u>	<u>(129.224)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Emissão de dívida subordinada	356	249
Reembolso de dívida subordinada	(62.069)	-
Emissão de empréstimos obrigacionistas	1.669.620	1.098.115
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(2.158.703)	(731.500)
Emissão de papel comercial	6.655.406	4.364.080
Reembolso de papel comercial	(6.196.244)	(5.559.038)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo e interesses minoritários	(598.113)	83.091
	<u>(689.747)</u>	<u>(745.003)</u>
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(62.097)	(5.056)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	(524.146)	(308.592)
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>1.732.239</u>	<u>1.474.592</u>
Caixa (nota 19)	521.299	535.937
Outros investimentos de curto prazo (nota 20)	686.794	630.063
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>1.208.093</u>	<u>1.166.000</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Mapa de Alterações na Situação Líquida Consolidada para os três meses findos em 31 de Março de 2009 e 2008

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Ações preferenciais	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Outros rendimentos e gastos		Reservas livres e resultados acumulados	'Goodwill'	Títulos próprios	Interesses minoritários
						Reservas de justo valor e cobertura de caixa	Outros				
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	4.899.255	3.611.330	1.000.000	881.707	561.202	218.498	23.836	1.263.125	(2.883.580)	(58.436)	281.573
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	14.709	-	-	-	-	-	-	14.709	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses minoritários (nota 43)	16.692	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.692
Títulos próprios	2.549	-	-	-	-	-	-	-	-	2.549	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(5.056)	-	-	-	-	-	(5.056)	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 42)											
Activos financeiros disponíveis para venda	(11.077)	-	-	-	-	(11.077)	-	-	-	-	-
Cobertura de Fluxo de Caixa	26	-	-	-	-	26	-	-	-	-	-
Interesses minoritários (nota 43)	(1.608)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.608)
Outras reservas de consolidação (nota 42)	(254)	-	-	-	-	-	-	(254)	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2008	4.915.236	3.611.330	1.000.000	881.707	561.202	207.447	18.780	1.277.580	(2.883.580)	(55.887)	296.657
Reversão de reservas (nota 42):											
Prémio de emissão	-	-	-	(881.707)	-	-	-	881.707	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	(96.911)	-	-	96.911	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	(84.000)	-	-	84.000	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	186.473	-	-	-	-	-	-	186.473	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses minoritários (nota 43)	40.137	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.137
Aumento de capital por emissão de 1.083.270.433 acções (nota 39)	1.299.924	1.083.270	-	216.654	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de registo do aumento de capital	(33.286)	-	-	(33.286)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos acções preferenciais	(48.910)	-	-	-	-	-	-	(48.910)	-	-	-
Títulos próprios	(2.744)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.744)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(80.511)	-	-	-	-	-	(80.511)	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 42)											
Activos financeiros disponíveis para venda	2.246	-	-	-	-	2.246	-	-	-	-	-
Cobertura de fluxo de caixa	4.900	-	-	-	-	4.900	-	-	-	-	-
Interesses minoritários (nota 43)	(49.050)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.050)
Outras reservas de consolidação (nota 42)	13.819	-	-	-	-	-	-	13.819	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	6.248.234	4.694.600	1.000.000	183.368	380.291	214.593	(61.731)	2.491.580	(2.883.580)	(58.631)	287.744
Constituição de reservas (nota 42):											
Reserva legal	-	-	-	-	45.119	-	-	(45.119)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	10.000	-	-	(10.000)	-	-	-
Dividendos distribuídos em 2009	(79.808)	-	-	-	-	-	-	(79.808)	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	106.677	-	-	-	-	-	-	106.677	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses minoritários (nota 43)	6.328	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.328
Títulos próprios	(25.355)	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.355)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(62.097)	-	-	-	-	-	(62.097)	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 42)											
Activos financeiros disponíveis para venda	(210.249)	-	-	-	-	(210.249)	-	-	-	-	-
Cobertura de fluxo de caixa	22.285	-	-	-	-	22.285	-	-	-	-	-
Interesses minoritários (nota 43)	40.563	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.563
Outras reservas de consolidação (nota 42)	919	-	-	-	-	-	-	919	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2009	6.047.497	4.694.600	1.000.000	183.368	435.410	26.629	(123.828)	2.464.249	(2.883.580)	(83.986)	334.635

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares

31 de Março de 2009

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. (o 'Banco') é um banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto 'Grupo') e a participação do Grupo nas associadas, para os três meses findos em 31 de Março de 2009 e 2008.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua regulamentação para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') conforme endossadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

O Grupo adoptou o IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações bem como a IAS 1 (alterada) - Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, o Grupo adoptou a partir de 2008 a IAS 39 e IFRS 7 - Reclassificação de Instrumentos Financeiros, o IFRIC 11 e IFRS 2 - Transacção com Treasury Shares e Grupo e IFRIC 14 e IAS 19 - Limite para activos de benefícios definido, requisitos mínimos de financiamento e sua interacção. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras do Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, para os três meses findos em 31 de Março de 2009, foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mesuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data, sendo as divulgações apresentadas de acordo com os requisitos definidos pela IAS 34. As demonstrações financeiras do período de 3 meses findo em 31 de Março de 2009 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (negociação e fair value option) e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ('disposal groups') são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

No âmbito das investigações que estão em curso por parte das autoridades de supervisão, a rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui, com efeito em 1 de Janeiro de 2006 uma reexpressão resultante da decisão do Conselho de Administração Executivo de constituir uma provisão relativamente a um activo registado nas demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 1 ac).

b) Bases de consolidação

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - 'Goodwill'

O 'goodwill' resultante das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 foi registado por contrapartida de reservas.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra dos activos adquiridos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O 'goodwill' resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o 'goodwill' positivo resultante de aquisições passou a ser reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O valor recuperável do 'goodwill' é avaliado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício.

Caso o 'goodwill' seja negativo, é registado directamente em resultados no exercício em que a concentração de actividades ocorre.

Entidades de finalidade especial ("SPE")

O Grupo consolida pelo método integral SPE resultantes de operações de securitização de entidades do Grupo (conforme nota 21), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios. Para além das referidas entidades não foram consolidados outros SPE.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- O Grupo tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das actividades do SPE, ou, ao estabelecer mecanismos de "auto-pilot", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE, estando conseqüentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

Gestão de fundos de investimento

O Grupo administra e gere activos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceira entidade. As demonstrações financeiras destas entidades não são consolidadas pelo Grupo BCP, excepto quando o grupo detém o controlo desses fundos de investimento, isto é, quando detém mais de 50% das unidades de participação.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua actividade. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas consolidadas. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são anuladas de resultados do exercício no processo de consolidação, por contrapartida das diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação aquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada é registada por contrapartida de resultados do exercício.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em capitais próprios - diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respectiva operação de cobertura e previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Investimentos em empresas controladas conjuntamente

As entidades controladas conjuntamente, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem, nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, receitas e despesas, com itens de natureza similar linha a linha, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que cesse.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como alguns ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) *Crédito a clientes*

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possa ser estimado de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no 'rating' do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados de um crédito com garantias reais, corresponde aos fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogêneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em créditos sujeitos à análise individual de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

A anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos. Este critério tem vindo a ser seguido de forma consistente pelo Grupo em relação a exercícios anteriores.

d) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a estas carteiras são registados em Resultados de Operações Financeiras.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Activos ou passivos financeiros ao justo valor por decisão da própria entidade ("Fair Value Option")

O Grupo adoptou o "Fair value option" para certas emissões, crédito e depósitos a prazo efectuados desde o exercício de 2007 que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em "Fair Value Option" encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura".

A designação dos activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados é realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos e passivos são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico das transacções;
- os activos ou passivos contêm derivados que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais ("host contract").

Os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura" da demonstração de resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira de acordo com a taxa de juro efectiva de cada operação, assim como dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados em "Fair Value Option".

2) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou quando existem perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado aos activos, o prémio ou desconto é incluído no cálculo da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) *Activos financeiros detidos até à maturidade (Held-to-maturity)*

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros, excepto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados nem na categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados nem activos financeiros disponíveis para venda. Estes activos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria, que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para Activos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

4) *"Loans and receivables"*

O Grupo apresenta também activos financeiros classificados nesta categoria quando a intenção da gestão não é a sua venda imediata nem num futuro próximo. Como exemplo, o Grupo poderá apresentar obrigações não cotadas classificadas nesta categoria. Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transacção associados são reconhecidos inicialmente em balanço e amortizados para resultados, através da taxa de juro efectiva.

5) *Outros passivos financeiros*

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

(i) *Imparidade*

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável com base numa queda acentuada ou prolongada do justo valor do activo, abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda são registadas por contrapartida de reservas quando se revertem.

(ii) *Derivados embutidos*

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja à partida reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício e apresentados na carteira de derivados de negociação.

e) *Contabilidade de cobertura*

(i) *Contabilidade de cobertura*

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não foi aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associada ao derivado foi reconhecida em resultados do exercício, assim como as variações cambiais dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstração de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início das operações e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, "Loans and Receivables" ou para activos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros com data a partir de 1 de Julho de 2008 e 31 de Outubro de 2008, conforme descrito na nota 22.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "Loans and receivables" e "Held-to-maturity" são também permitidas.

São proibidas as transferências de e para activos e passivos financeiros ao justo valor por decisão da própria entidade ("Fair Value Option").

g) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos activos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos sejam pagos pelo Grupo numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu rendimento é estabelecido.

i) Instrumentos financeiros compostos

Instrumentos financeiros que contenham um passivo e uma componente de capital (obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para acções ordinárias (número de acções) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo corresponde ao valor actual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado aplicável a passivos similares que não possuam opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo. Os juros reconhecidos são calculados utilizando a taxa de juro efectiva.

j) Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados.

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras (vendas) de investimentos com acordo de revenda (recompra) de investimentos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os investimentos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos. Os montantes pagos são reconhecidos em créditos sobre clientes ou instituições financeiras. Os valores a receber são apresentados como sendo colateralizados pelos títulos associados. Investimentos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com clientes ou instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

k) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como disponíveis para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

l) Locação financeira

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

m) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto), para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro corrido não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro corrido é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados.

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)

O Resultado de Operações Financeiras regista os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros classificados como de negociação (incluindo variações de justo valor e juros de derivados e derivados embutidos) e dividendos associados a estas carteiras. Inclui igualmente os resultados das operações da carteira de activos financeiros disponíveis para venda, assim como as variações de justo valor dos derivados de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável.

p) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

q) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edificios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

Sempre que exista uma indicação de que um activo fixo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

r) *Activos intangíveis*

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

O Grupo não procede à capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento. Todos os encargos são registados como custo no exercício em que ocorrem.

Software

O Grupo regista em activos intangíveis os custos associados ao software adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de software.

s) *Aplicações por recuperação de crédito*

O Grupo, à luz do disposto na IFRS 5, classifica em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito para os quais existem contratos promessa de compra e venda ("CPCV") para os próximos 12 meses. Estes activos são contabilizados de acordo com o disposto na nota 1k), encontrando-se reconhecidos pelo valor acordado nos CPCV.

As aplicações por recuperação de crédito incluem os imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes para os quais não existem CPCV. Estes activos são registados na rubrica Outros Activos, uma vez que o prazo até à venda destes activos é na generalidade superior a um ano. Estes activos encontram-se mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

t) *Caixa e equivalentes de caixa*

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

u) *Offsetting*

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

v) *Transacções em moeda estrangeira*

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

w) *Benefícios a empregados*

Plano de benefícios definidos

O Grupo tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções colectivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", os quais correspondem ao plano base das referidas convenções colectivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do sector bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

A par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Grupo assumiu a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Grupo, tendo em conta as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva e a situação previdencial de cada um (Plano Complementar).

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas.

O Grupo optou na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, pela aplicação retrospectiva da IAS 19, tendo efectuado o recálculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respectivos ganhos e perdas actuariais, cujo diferimento é efectuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma. O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros resultante do 'unwinding' dos passivos do plano deduzidos do retorno esperado dos activos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente, os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuarias não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo período de 20 anos correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no activo.

Os pagamentos aos fundos são efectuados anualmente por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

Planos de remuneração com acções

À data de 31 de Dezembro de 2008, não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com acções.

Remuneração variável paga aos colaboradores

Compete ao Conselho de Administração Executivo fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

x) Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivo se activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

y) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

Portugal

- Banca de Retalho;
- Private Banking e Gestão de Activos;
- Empresas e Corporate Banking;
- Banca de Investimento.

Actividade no Estrangeiro

- Polónia;
- Grécia.

z) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

aa) Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como acções próprias.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados deve ser ajustado retrospectivamente.

ab) Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento, reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os activos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método "Pro rata temporis", por cada recibo em vigor.

ac) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. O Conselho de Administração Executivo foi nomeado em 15 de Janeiro de 2008, tendo sido utilizados os julgamentos e estimativas que tiveram em consideração a informação recolhida, através da análise promovida internamente e dos contactos mantidos com a CMVM e o Banco de Portugal no âmbito da acção de supervisão em curso. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de SPE com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

O Grupo não consolida os SPE em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (nota 1 b).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas, nomeadamente no que respeita aos riscos de crédito, liquidação antecipada e taxa de juro poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

No âmbito da aplicação desta política e de acordo com a nota 21, foram incluídas no perímetro de consolidação os seguintes SPE resultantes de operações de securitização: NovaFinance nº 3 e 4, Magellan nº 5, Kion e Orchis Sp zo.o. Por outro lado o Grupo não consolidou os seguintes SPE igualmente resultantes das operações de securitização de crédito do Grupo: Magellan nº 1, 2, 3 e 4. Para estes SPE, que estão desreconhecidos no balanço, concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos mesmos, uma vez que o Grupo não detém quaisquer títulos emitidos pelos SPE em causa, nem está de outra forma exposto à performance das correspondentes carteiras de crédito.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do Banco e das subsidiárias residentes em Portugal, que eventuais correcções aos impostos sobre lucros não têm impacto material nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Goodwill

Anualmente, o Grupo efectua uma avaliação do valor recuperável das diferenças de consolidação, tendo por base o valor de uso ou o justo valor dos investimentos financeiros detidos. De acordo com a IAS 36, o valor de uso deverá ser determinado com base numa avaliação dos fluxos de caixa estimados futuros, utilizando toda a informação disponível, o que requer a utilização de julgamento.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda, quer na rubrica de juros e proveitos equiparados, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Margem financeira	373.809	412.221
Resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda	<u>149.774</u>	<u>(114.858)</u>
	<u><u>523.583</u></u>	<u><u>297.363</u></u>

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	982.199	1.046.907
Juros de títulos de negociação	32.839	28.842
Juros de títulos disponíveis para venda	16.508	45.335
Juros de títulos detidos até à maturidade	11.721	-
Juros de derivados de cobertura	24.422	11.804
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	8.811	5.399
Juros de depósitos e outras aplicações	<u>25.589</u>	<u>94.169</u>
	1.102.089	1.232.456
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	409.467	435.162
Juros de títulos com acordo de recompra	9.940	5.594
Juros de títulos emitidos	216.123	344.633
Juros de derivados de cobertura	9.267	10.920
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	11.301	6.395
Juros de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	<u>72.182</u>	<u>17.531</u>
	<u>728.280</u>	<u>820.235</u>
Margem financeira	<u><u>373.809</u></u>	<u><u>412.221</u></u>

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 353.000 (31 de Março de 2008: Euros 6.394.000) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 c).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	600	661
Outros	-	1.025
	<u>600</u>	<u>1.686</u>

A rubrica Rendimentos de títulos disponíveis para venda corresponde a dividendos recebidos durante o exercício.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>		
Por garantias prestadas	19.899	17.373
Por compromissos perante terceiros	100	54
Por serviços bancários prestados	132.560	126.543
Comissões da actividade seguradora	179	130
Outras comissões	55.443	67.258
	<u>208.181</u>	<u>211.358</u>
<i>Serviços e comissões pagas:</i>		
Por garantias recebidas	189	200
Por serviços bancários prestados por terceiros	27.466	26.195
Comissões da actividade seguradora	354	175
Outras comissões	11.459	11.037
	<u>39.468</u>	<u>37.607</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>168.713</u>	<u>173.751</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

6. Resultados em operações de negociação e de cobertura

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Lucros em operações de negociação e de cobertura</i>		
Operações cambiais	3.055.537	1.730.228
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Títulos	31.012	19.913
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	89.035	24.881
Outros instrumentos financeiros derivados	425.562	505.207
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	82.403	21.748
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	239.049	680.615
Instrumentos cobertos	20.753	43.132
Outras operações	5.219	29.599
	<u>3.948.570</u>	<u>3.055.323</u>
<i>Prejuízos em operações de negociação e de cobertura</i>		
Operações cambiais	3.049.350	1.703.792
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Títulos	22.768	21.352
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	108.521	62.054
Outros instrumentos financeiros derivados	372.468	530.256
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	36.880	5.841
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	146.304	598.531
Instrumentos cobertos	57.681	88.987
Outras operações	17.887	6.317
	<u>3.811.859</u>	<u>3.017.130</u>
Resultados líquidos em operações de negociação e de cobertura	<u>136.711</u>	<u>38.193</u>

7. Resultados em activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Lucros em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	21.984	2.339
Prejuízos em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	(8.921)	(155.390)
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	<u>13.063</u>	<u>(153.051)</u>

A rubrica Prejuízos em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda incluía, em 31 de Março de 2008, o montante de Euros 151.292.000 relativo ao reconhecimento de perdas por imparidade relativas à participação detida no Banco BPI S.A. resultantes da queda acentuada do valor de cotação das suas acções ao longo do primeiro trimestre de 2008 e cujo reconhecimento foi efectuado de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

8. Outros proveitos de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Proveitos:</i>		
Prestação de serviços	12.440	18.339
Venda de cheques e outros	6.367	6.880
Outros proveitos de exploração	3.208	16.330
	<u>22.015</u>	<u>41.549</u>
<i>Custos:</i>		
Impostos	7.126	10.203
Donativos e quotizações	724	1.323
Outros custos de exploração	4.647	4.749
	<u>12.497</u>	<u>16.275</u>
	<u>9.518</u>	<u>25.274</u>

9. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Remunerações	143.304	144.001
Encargos sociais obrigatórios	74.937	57.209
Encargos sociais facultativos	11.704	6.557
Outros custos	1.995	4.495
	<u>231.940</u>	<u>212.262</u>

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Água, energia e combustíveis	4.835	4.918
Material de consumo corrente	2.035	2.700
Rendas e alugueres	35.829	34.921
Comunicações	11.569	12.173
Deslocações, estadias e representações	4.279	5.135
Publicidade	9.612	10.521
Conservação e reparação	9.288	9.271
Cartões e crédito imobiliário	4.283	5.443
Estudos e consultas	7.001	6.403
Informática	5.521	5.346
Outsourcing e trabalho independente	18.884	21.895
Outros serviços especializados	6.822	6.106
Formação do pessoal	868	694
Seguros	3.833	4.624
Contencioso	1.946	2.349
Transportes	2.640	2.501
Outros fornecimentos e serviços	13.348	11.892
	<u>142.593</u>	<u>146.892</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

11. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Activos intangíveis:</i>		
'Software'	3.182	3.106
Outros activos intangíveis	126	978
	<u>3.308</u>	<u>4.084</u>
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	10.905	10.170
Equipamento		
Mobiliário	1.306	1.755
Máquinas	1.083	1.243
Equipamento informático	6.180	4.959
Instalações interiores	1.734	2.020
Viaturas	489	512
Equipamento de segurança	736	756
Outros activos tangíveis	443	860
	<u>22.876</u>	<u>22.275</u>
	<u><u>26.184</u></u>	<u><u>26.359</u></u>

12. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Aplicações em instituições de crédito:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	4.045	-
Reversão do período	(8.030)	(2.310)
	<u>(3.985)</u>	<u>(2.310)</u>
<i>Crédito concedido a clientes:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	252.147	161.752
Reversão do período	(80.212)	(76.247)
Recuperações de crédito e de juros	(7.867)	(13.439)
	<u>164.068</u>	<u>72.066</u>
	<u><u>160.083</u></u>	<u><u>69.756</u></u>

A rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data de fim do exercício determinadas de acordo com a avaliação da evidência objectiva de imparidade, conforme descrito na nota 1 c).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

13. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência		
Dotação do período	186	202
Provisões para garantias e outros compromissos		
Dotação do período	3.088	4.475
Reversão do período	(4.515)	(3.649)
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do período	21.490	274
Reversão do período	(37)	(10.073)
	<u>20.212</u>	<u>(8.771)</u>

14. Resultados por equivalência patrimonial

Os principais contributos na rubrica de rendimento de imobilizações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Grupo Millenniumbcp Fortis	13.437	16.820
Amortização do VIF ('Value in Force') do		
Grupo Millennium bcp Fortis	(4.522)	(4.522)
Outras empresas	2.584	1.967
	<u>11.499</u>	<u>14.265</u>

15. Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos

O valor desta rubrica referente ao Grupo é composto por:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Alienação de negócios de subsidiárias	21.183	-
Outros activos	183	899
	<u>21.366</u>	<u>899</u>

A rubrica Resultados de alienação de outros activos corresponde a mais e menos valias decorrentes da venda de imóveis.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

16. Impostos

O encargo com impostos sobre lucros, com referência a 2009 e 2008, é analisado como segue:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Imposto corrente	37.062	29.534
Imposto diferido		
Diferenças temporárias	(80.197)	4.213
Efeito de alterações de taxa	(3.266)	(3.555)
Prejuízos fiscais utilizados	75.267	(2.411)
	<u>(8.196)</u>	<u>(1.753)</u>
	<u>28.866</u>	<u>27.781</u>

A reconciliação da taxa de imposto decorrente dos efeitos permanentes referidos anteriormente é analisada como segue:

	Mar 2009		Mar 2008	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Lucro antes de impostos		141.871		59.182
Taxa de imposto corrente	26,5%	(37.596)	26,5%	(15.683)
Efeito das taxas de imposto no estrangeiro	-0,7%	992	-7,0%	4.171
Despesas não dedutíveis	20,2%	(28.690)	47,4%	(28.080)
Receitas isentas de imposto ou não tributáveis	-24,9%	35.352	-22,4%	13.259
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	-1,3%	1.786	-0,9%	506
Efeito dos prejuízos fiscais utilizados	0,3%	(430)	1,6%	(959)
Efeito de taxa	0,0%	5	0,5%	(300)
Correcção de anos anteriores	0,0%	(44)	0,9%	(549)
Tributação autónoma e imposto suportado no estrangeiro	0,2%	(241)	0,2%	(146)
	<u>20,3%</u>	<u>(28.866)</u>	<u>46,8%</u>	<u>(27.781)</u>

O montante de impostos diferidos em resultados em 2009 e 2008 é atribuível a diferenças temporárias resultantes das seguintes rubricas:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	41	96
Outros activos tangíveis	1.174	1.101
Perdas por imparidade	(65.529)	(27.171)
Pensões de reforma	9.615	15.989
Derivados	(4.923)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	75.267	(3.566)
Imputação de lucros	(13.740)	-
Outros	(10.101)	11.798
Impostos diferidos	<u>(8.196)</u>	<u>(1.753)</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

17. Rendimentos e gastos

Os Rendimentos e gastos são analisados como segue:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco	106.677	14.709
Outros rendimentos e gastos		
Reservas de justo valor	(187.964)	(11.051)
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(62.097)	(5.056)
	<u>(143.384)</u>	<u>(1.398)</u>
Rendimentos e gastos	<u>(143.384)</u>	<u>(1.398)</u>

A rubrica Outros rendimentos e gastos inclui proveitos e gastos que de acordo com o definido nas IAS / IFRS são reconhecidos na situação líquida.

18. Resultado por acção

Os resultados por acção são calculados da seguinte forma:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco	106.677	14.709
Dividendos de acções preferenciais	(12.060)	(12.161)
Resultado líquido ajustado	94.617	2.548
Nº médio de acções	4.625.975.542	4.012.198.670
Resultado por acção básico (euros)	0,08	0,00
Resultado por acção diluído (euros)	0,08	0,00

Em Maio de 2008, o Banco Comercial Português, S.A., procedeu ao aumento do capital social, de Euros 3.611.329.567 para Euros 4.694.600.000, através da emissão de 1.083.270.433 acções por exercício de direito de preferência dos accionistas, com o valor nominal de 1 Euro cada e ao preço de subscrição de 1,2 Euro por acção. Este facto foi também considerado no apuramento do número médio de acções utilizado para o cálculo do resultado por acção básico e diluído para o exercício de 2008 e retrospectivamente para 2007.

O número médio de acções acima indicado resultou do número de acções existentes no início de cada ano, ajustado pelo número de acções readquiridas ou emitidas no período, depois de ponderado pelo factor tempo.

O valor dos dividendos de acções preferenciais corresponde a duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company Ltd e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinada a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

19. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Caixa	521.299	683.891
Bancos centrais	852.123	1.380.516
	<u>1.373.422</u>	<u>2.064.407</u>

A rubrica de Bancos centrais inclui o saldo junto dos Bancos Centrais dos países em que o Grupo opera, que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. Esta taxa é diferente para países fora da Zona Euro.

20. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Em instituições de crédito no país	1.708	1.373
Em instituições de crédito no estrangeiro	345.815	496.793
Valores a cobrar	339.271	550.182
	<u>686.794</u>	<u>1.048.348</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

21. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Banco de Portugal	-	350.019
Aplicações em outras instituições de crédito no país	388.302	898.614
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	1.151.976	1.642.575
	1.540.278	2.891.208
Crédito vencido - menos de 90 dias	-	10.186
Crédito vencido - mais de 90 dias	16.587	-
	1.556.865	2.901.394
Imparidade para riscos de crédito	(5.064)	(9.049)
	<u>1.551.801</u>	<u>2.892.345</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

Os movimentos da Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito, são analisados como segue:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	9.049	3.109
Transferências	-	12
Dotação do período	4.045	-
Reversão do período	(8.030)	(2.310)
Diferenças cambiais	-	2
	<u>5.064</u>	<u>766</u>
Saldo em 31 de Março	<u><u>5.064</u></u>	<u><u>766</u></u>

22. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Crédito ao sector público	486.377	569.981
Crédito com garantias reais	41.645.800	42.135.232
Crédito com outras garantias	16.430.638	15.263.492
Crédito sem garantias	5.842.170	5.812.190
Crédito sobre o estrangeiro	5.091.295	4.663.056
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.407.924	1.687.351
Capital em locação	5.498.498	5.663.027
	<u>76.402.702</u>	<u>75.794.329</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	252.114	151.580
Crédito vencido - mais de 90 dias	1.168.757	699.561
	<u>77.823.573</u>	<u>76.645.470</u>
Imparidade para riscos de crédito	<u>(1.883.592)</u>	<u>(1.480.456)</u>
	<u><u>75.939.981</u></u>	<u><u>75.165.014</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Crédito não titulado</i>		
Crédito por desconto de efeitos	1.148.642	1.306.516
Crédito em conta corrente	5.703.699	5.414.334
Descobertos em depósitos à ordem	2.349.066	2.358.634
Empréstimos	26.061.386	25.384.802
Crédito imobiliário	31.207.378	31.183.421
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.407.924	1.687.351
Capital em locação	5.498.498	5.663.027
	<u>73.376.593</u>	<u>72.998.085</u>
<i>Crédito titulado</i>		
Papel comercial	2.717.799	2.487.178
Obrigações	308.310	309.066
	<u>3.026.109</u>	<u>2.796.244</u>
	76.402.702	75.794.329
Crédito vencido - menos de 90 dias	252.114	151.580
Crédito vencido - mais de 90 dias	1.168.757	699.561
	77.823.573	76.645.470
Imparidade para riscos de crédito	<u>(1.883.592)</u>	<u>(1.480.456)</u>
	<u><u>75.939.981</u></u>	<u><u>75.165.014</u></u>

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	676.693	681.364
Indústrias extractivas	293.426	307.761
Alimentação, bebidas e tabaco	764.895	808.888
Têxteis	661.993	644.174
Madeira e cortiça	344.216	339.421
Papel, artes gráficas e editoras	428.033	428.908
Químicas	1.210.157	1.243.709
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.318.347	1.297.634
Electricidade, água e gás	947.396	933.782
Construção	5.808.478	5.613.245
Comércio a retalho	2.257.878	2.222.174
Comércio por grosso	3.087.625	3.177.078
Restaurantes e hotéis	1.339.941	1.318.438
Transportes e comunicações	2.137.958	2.199.364
Serviços	16.294.376	15.174.564
Crédito ao consumo	4.983.774	4.877.090
Crédito hipotecário	28.643.206	28.537.840
Outras actividades nacionais	973.775	933.139
Outras actividades internacionais	5.651.406	5.906.897
	77.823.573	76.645.470
Imparidade para riscos de crédito	<u>(1.883.592)</u>	<u>(1.480.456)</u>
	<u><u>75.939.981</u></u>	<u><u>75.165.014</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais detidas por SPE sujeitos a consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b) e de securitização sintéticas.

As operações de securitização realizadas pelo Grupo respeitam na sua maior parte a créditos hipotecários, empréstimos a empresas e créditos ao consumo. As referidas securitizações tradicionais e sintéticas realizadas são concretizadas através de entidades de finalidade especial (SPE). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, estas SPE são consolidadas pelo método integral.

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

	Mar 2009		
	Tradicionais	Sintéticas	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito ao consumo	675.188	-	675.188
Crédito hipotecário	5.983.169	-	5.983.169
Leasing	171.859	-	171.859
Papel comercial	725.143	-	725.143
Empréstimos a empresas	2.063.508	2.306.617	4.370.125
	<u>9.618.867</u>	<u>2.306.617</u>	<u>11.925.484</u>
	Dez 2008		
	Tradicionais	Sintéticas	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito ao consumo	699.024	-	699.024
Crédito hipotecário	2.480.593	-	2.480.593
Leasing	193.544	-	193.544
Papel comercial	510.198	-	510.198
Empréstimos a empresas	1.961.842	2.430.546	4.392.388
	<u>5.845.201</u>	<u>2.430.546</u>	<u>8.275.747</u>

No decurso do primeiro trimestre de 2009, o Grupo procedeu à emissão de uma operação de securitização, Magellan n.º6 (crédito à habitação) emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. Em função das suas características e de acordo com a política contabilística definida na nota 1 g), estas operações não deram lugar a desreconhecimento nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Valor bruto	6.497.199	7.273.580
Juros ainda não devidos	(998.701)	(1.610.553)
Valor líquido	<u>5.498.498</u>	<u>5.663.027</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

A carteira de crédito sobre clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos ou alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	5.401	5.339
Indústrias extractivas	1.060	1.033
Alimentação, bebidas e tabaco	10.803	5.235
Têxteis	14.092	15.391
Madeira e cortiça	1.255	3.464
Papel, artes gráficas e editoras	3.228	4.043
Químicas	12.012	5.726
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	38.559	20.036
Electricidade, água e gás	255	29
Construção	20.455	11.742
Comércio a retalho	5.117	5.679
Comércio por grosso	12.116	11.496
Restaurantes e hotéis	1.428	1.484
Transportes e comunicações	15.979	28.597
Serviços	19.312	22.044
Crédito ao consumo	37.624	40.385
Crédito hipotecário	15.980	13.323
Outras actividades nacionais	589	893
Outras actividades internacionais	7.278	3.588
	222.543	199.527

A análise do crédito vencido por sectores de actividade é a seguinte:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	10.952	5.186
Indústrias extractivas	4.848	3.069
Alimentação, bebidas e tabaco	11.224	4.468
Têxteis	45.635	30.525
Madeira e cortiça	21.242	8.732
Papel, artes gráficas e editoras	6.443	3.451
Químicas	10.744	5.208
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	54.972	29.890
Electricidade, água e gás	1.766	161
Construção	225.419	174.338
Comércio a retalho	63.445	31.546
Comércio por grosso	167.381	79.155
Restaurantes e hotéis	30.071	19.263
Transportes e comunicações	39.109	22.415
Serviços	292.168	109.242
Crédito ao consumo	239.646	172.454
Crédito hipotecário	144.589	120.979
Outras actividades nacionais	15.583	6.352
Outras actividades internacionais	35.634	24.707
	1.420.871	851.141

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	1.442.405	1.206.508
Transferências	244.291	(16.118)
Dotação do período	252.147	161.752
Reversão do período	(80.212)	(76.247)
Utilização de imparidade	(8.303)	(72.877)
Diferenças cambiais	(13.442)	(414)
Saldo em 31 de Março	<u>1.836.886</u>	<u>1.202.604</u>
<i>Imparidade para crédito reestruturado:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	38.051	15.824
Transferências	8.655	16.513
Saldo em 31 de Março	<u>46.706</u>	<u>32.337</u>
	<u>1.883.592</u>	<u>1.234.941</u>

A análise da imparidade por sectores de actividade é a seguinte:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	45.241	42.487
Indústrias extractivas	17.563	16.872
Alimentação, bebidas e tabaco	45.085	31.140
Têxteis	45.804	38.883
Madeira e cortiça	15.100	13.097
Papel, artes gráficas e editoras	9.335	5.987
Químicas	8.036	7.346
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	77.722	62.368
Electricidade, água e gás	5.106	4.133
Construção	144.088	167.407
Comércio a retalho	62.335	50.931
Comércio por grosso	171.678	118.756
Restaurantes e hotéis	26.700	25.474
Transportes e comunicações	38.276	32.372
Serviços	422.529	322.698
Crédito ao consumo	258.247	205.550
Crédito hipotecário	175.510	208.789
Outras actividades nacionais	8.219	7.794
Outras actividades internacionais	307.018	118.372
	<u>1.883.592</u>	<u>1.480.456</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

A anulação de crédito por utilização de imparidade analisada por sector de actividade é a seguinte:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	6	449
Indústrias extractivas	-	264
Alimentação, bebidas e tabaco	423	1.508
Têxteis	461	8.966
Madeira e cortiça	796	682
Papel, artes gráficas e editoras	195	267
Químicas	28	3.089
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	42	1.024
Construção	490	7.898
Comércio a retalho	651	3.901
Comércio por grosso	479	13.743
Restaurantes e hotéis	23	810
Transportes e comunicações	48	13.311
Serviços	1.025	6.561
Crédito ao consumo	2.008	7.251
Crédito hipotecário	168	1.068
Outras actividades nacionais	-	405
Outras actividades internacionais	1.460	1.680
	<u>8.303</u>	<u>72.877</u>

A anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos. Este critério tem vindo a ser seguido de forma consistente pelo Grupo em relação a exercícios anteriores.

A recuperação de créditos e de juros anulados do ano ou de anos anteriores, efectuada no decorrer de 2009 e 2008, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	219	212
Indústrias extractivas	191	69
Alimentação, bebidas e tabaco	203	276
Têxteis	122	2.891
Madeira e cortiça	9	89
Papel, artes gráficas e editoras	5	48
Químicas	25	37
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	117	804
Electricidade, água e gás	84	-
Construção	1.346	875
Comércio a retalho	702	445
Comércio por grosso	1.618	834
Restaurantes e hotéis	108	346
Transportes e comunicações	236	250
Serviços	587	2.264
Crédito ao consumo	2.106	3.732
Crédito hipotecário	120	166
Outras actividades nacionais	67	93
Outras actividades internacionais	2	8
	<u>7.867</u>	<u>13.439</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

23. Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2.014.313	2.303.898
De outros emissores	1.122.362	655.991
	<u>3.136.675</u>	<u>2.959.889</u>
Títulos vencidos	5.148	5.427
Imparidade para títulos vencidos	(5.148)	(5.427)
	<u>3.136.675</u>	<u>2.959.889</u>
Acções e outros títulos de rendimento variável	<u>607.557</u>	<u>855.787</u>
	3.744.232	3.815.676
Derivados de negociação	<u>1.760.810</u>	<u>1.801.769</u>
	<u><u>5.505.042</u></u>	<u><u>5.617.445</u></u>

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 31 de Março de 2009, é a seguinte:

	Títulos		
	Negociação	Disponíveis para venda	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	305.714	2.008	307.722
Estrangeiros	494.106	296.854	790.960
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	132.556	526.644	659.200
Estrangeiros	439.408	28.619	468.027
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	656.041	259.590	915.631
Outros títulos	283	-	283
	<u>2.028.108</u>	<u>1.113.715</u>	<u>3.141.823</u>
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	2.502	70.351	72.853
Estrangeiras	4.998	220.510	225.508
Unidades de participação	21.648	280.319	301.967
Outros títulos	7.229	-	7.229
	<u>36.377</u>	<u>571.180</u>	<u>607.557</u>
Imparidade para títulos vencidos	-	(5.148)	(5.148)
	2.064.485	1.679.747	3.744.232
Derivados de negociação	1.760.810	-	1.760.810
	<u><u>3.825.295</u></u>	<u><u>1.679.747</u></u>	<u><u>5.505.042</u></u>

A carteira de negociação é valorizada de acordo com a política contabilística 1 d) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 40. Este montante negativo no valor de Euros 11.608.000 é apresentado líquido de perdas por imparidade no montante de Euros 39.511.000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	Títulos		Total
	Negociação	Disponíveis para venda	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	305.346	2.001	307.347
Estrangeiros	648.409	562.376	1.210.785
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	108.040	52.776	160.816
Estrangeiros	456.240	43.611	499.851
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	548.783	236.983	785.766
Outros títulos	751	-	751
	<u>2.067.569</u>	<u>897.747</u>	<u>2.965.316</u>
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	2.457	77.300	79.757
Estrangeiras	6.214	407.387	413.601
Unidades de participação	25.258	337.171	362.429
	<u>33.929</u>	<u>821.858</u>	<u>855.787</u>
Imparidade para títulos vencidos	-	(5.427)	(5.427)
	2.101.498	1.714.178	3.815.676
Derivados de negociação	1.801.769	-	1.801.769
	<u>3.903.267</u>	<u>1.714.178</u>	<u>5.617.445</u>

A carteira de negociação é valorizada de acordo com a política contabilística 1 d) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 40. Este montante no valor de Euros 201.635.000 é apresentado líquido de perdas por imparidade no montante de Euros 42.085.000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector de actividade, à data de 31 de Março de 2009, é a seguinte:

	Obrigações	Ações	Outros Activos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Indústrias extractivas	-	96	-	-	96
Alimentação, bebidas e tabaco	-	117	-	-	117
Têxteis	-	1	-	553	554
Madeira e cortiça	2.140	1.066	-	998	4.204
Papel, artes gráficas e editoras	147	3.164	-	-	3.311
Químicas	-	19	-	-	19
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	978	538	-	31	1.547
Electricidade, água e gás	11.154	417	-	-	11.571
Construção	-	12.391	-	2.560	14.951
Comércio a retalho	1.264	-	-	-	1.264
Comércio por grosso	-	84	-	475	559
Restaurantes e hotéis	-	51	-	-	51
Transportes e comunicações	-	1.238	-	529	1.767
Serviços	1.104.757	278.993	309.429	2	1.693.181
Outras actividades internacionais	1.639	186	50	-	1.875
	1.122.079	298.361	309.479	5.148	1.735.067
Títulos Públicos	1.098.682	-	915.631	-	2.014.313
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.148)	(5.148)
	2.220.761	298.361	1.225.110	-	3.744.232

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector de actividade, à data de 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	Obrigações	Ações	Outros Activos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Indústrias extractivas	-	73	-	-	73
Alimentação, bebidas e tabaco	-	83	-	-	83
Têxteis	-	81	-	1.037	1.118
Madeira e cortiça	806	1.204	-	126	2.136
Papel, artes gráficas e editoras	146	3.751	-	-	3.897
Químicas	-	35	-	-	35
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	125	-	187	312
Electricidade, água e gás	4.650	3.525	-	-	8.175
Construção	-	12.129	-	645	12.774
Comércio a retalho	1.188	-	-	-	1.188
Comércio por grosso	-	101	-	63	164
Restaurantes e hotéis	-	51	-	-	51
Transportes e comunicações	-	1.333	-	18	1.351
Serviços	646.860	470.663	363.130	3.351	1.484.004
Outras actividades internacionais	1.590	204	50	-	1.844
	655.240	493.358	363.180	5.427	1.517.205
Títulos Públicos	1.518.132	-	785.766	-	2.303.898
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.427)	(5.427)
	2.173.372	493.358	1.148.946	-	3.815.676

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

24. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Instrumentos de cobertura		
Activo:		
Swaps	233.327	117.305
Passivo:		
Swaps	146.103	350.960

25. Investimentos detidos até à maturidade

A rubrica de Investimentos detidos até à maturidade é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	538.971	519.379
De outros emissores	895.932	582.465
	<u>1.434.903</u>	<u>1.101.844</u>

A análise da carteira de títulos incluídos nos Investimentos detidos até à maturidade, por sector de actividade, é a seguinte:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Transportes e comunicações	98.124	97.118
Serviços	797.808	485.347
	895.932	582.465
Títulos Públicos	538.971	519.379
	<u>1.434.903</u>	<u>1.101.844</u>

26. Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Instituições de crédito residentes	22.851	16.646
Instituições de crédito não residentes	21.293	20.605
Outras empresas residentes	304.417	306.683
	<u>348.561</u>	<u>343.934</u>

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Banque BCP, S.A.S.	17.323	16.713
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	3.970	3.893
Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	288.654	288.319
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	13.423	15.039
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	22.851	16.646
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	2.340	3.324
	<u>348.561</u>	<u>343.934</u>

Estes investimentos referem-se a entidades cujas acções não se encontram admitidas à negociação em Bolsa, sendo consolidados pelo método de equivalência patrimonial. O valor de investimento na Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador corresponde à participação de 49% no capital da companhia. A relação das empresas que integram o perímetro do Grupo é apresentada na nota 47.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

27. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Imóveis	936.701	944.790
Equipamento		
Mobiliário	104.481	104.615
Máquinas	51.401	55.291
Equipamento informático	296.874	301.293
Instalações interiores	139.497	139.670
Viaturas	21.131	22.753
Equipamento de segurança	74.235	74.396
Obras em curso	111.275	112.297
Outros activos tangíveis	41.243	44.044
	<u>1.776.838</u>	<u>1.799.149</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	(22.876)	(97.073)
Relativas a exercícios anteriores	(1.032.819)	(956.258)
	<u>(1.055.695)</u>	<u>(1.053.331)</u>
	<u><u>721.143</u></u>	<u><u>745.818</u></u>

28. Goodwill e activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Activos intangíveis</i>		
'Software'	127.317	131.620
Outros activos intangíveis	57.208	61.798
	<u>184.525</u>	<u>193.418</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	(3.308)	(15.770)
Relativas a exercícios anteriores	(148.353)	(143.647)
	<u>(151.661)</u>	<u>(159.417)</u>
	<u>32.864</u>	<u>34.001</u>
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação ('Goodwill')</i>		
Millennium Bank, Societé Anonyme (Grécia)	294.260	294.260
Bank Millennium, S.A. (Polónia)	164.040	164.040
Banco Investimento Imobiliário, S.A.	40.859	40.859
Outros	7.023	7.068
	<u>506.182</u>	<u>506.227</u>
	<u><u>539.046</u></u>	<u><u>540.228</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

29. Activos e Passivos por impostos diferidos

Activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Março de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

	Mar 2009		Dez 2008	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	60	116	61	77
Outros activos tangíveis	1.751	6.148	2.015	5.168
Perdas por imparidade	231.656	18.370	214.173	60.514
Pensões de reforma	328.580	-	339.010	-
Activos financeiros disponíveis para venda (AFS)	4.721	23.630	810	10.547
Derivados	-	4.540	-	10.554
Imputação de lucros	50.587	-	36.847	-
Outros	71.920	118.820	66.329	123.756
Prejuízos fiscais reportáveis	67.249	-	138.323	-
	<u>756.524</u>	<u>171.624</u>	<u>797.568</u>	<u>210.616</u>
Activos por impostos diferidos	<u>584.900</u>		<u>586.952</u>	
Outros	<u>-</u>	<u>371</u>	<u>-</u>	<u>336</u>
Passivos por impostos diferidos		<u>371</u>		<u>336</u>
Impostos diferidos líquidos	<u><u>584.529</u></u>		<u><u>586.616</u></u>	

30. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Devedores	187.280	373.638
Aplicações por recuperação de crédito e outros activos	1.393.305	1.397.511
Valores a cobrar	17.353	26.386
Outros impostos a recuperar	61.418	61.513
Bonificações a receber	46.316	47.055
Associadas	1.849	8.515
Juros e outros proveitos a receber	37.718	49.958
Despesas antecipadas	1.742.920	1.783.982
Operações sobre títulos a receber	357.666	163.918
Valores a debitar a clientes	174.853	203.588
Provisões técnicas de resseguro cedido	548	478
Contas diversas	184.935	202.236
	<u>4.206.161</u>	<u>4.318.778</u>
Imparidade para outros activos	<u>(185.554)</u>	<u>(171.133)</u>
	<u><u>4.020.607</u></u>	<u><u>4.147.645</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

31. Depósitos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito no país	1.168.733	809.994
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	6.168.724	5.187.072
	<u>7.337.457</u>	<u>5.997.066</u>

32. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Depósitos para com clientes		
Depósitos à ordem	12.884.528	13.545.678
Depósitos a prazo	25.544.592	25.990.051
Depósitos de poupança	4.554.519	4.781.069
Bilhetes do Tesouro e outros activos		
com acordo de recompra	184.223	213.191
Outros débitos	259.416	377.179
	<u>43.427.278</u>	<u>44.907.168</u>

33. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Empréstimos obrigacionistas	16.242.793	17.784.038
Papel comercial	2.823.667	2.682.127
Outros	38.850	49.401
	<u>19.105.310</u>	<u>20.515.566</u>

34. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
FRA	3.076	424
Swaps	1.410.617	2.078.564
Opções	214.903	24.720
Derivados embutidos	11.061	11.923
Forwards	66.763	23.184
	<u>1.754.048</u>	<u>2.138.815</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

35. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Depósitos de instituições de crédito	2.294.075	1.935.354
Depósitos de clientes	-	35.522
Empréstimos obrigacionistas	5.152.738	3.922.153
Papel comercial	655.660	523.123
Passivos subordinados	289.651	298.171
	<u>8.392.124</u>	<u>6.714.323</u>

36. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Provisão para garantias e outros compromissos	75.791	77.729
Provisões técnicas da actividade seguradora:		
De seguro directo e resseguro aceite:		
Para prémios não adquiridos	7.255	6.147
Matemática do ramo vida	38.703	40.161
Para participação nos resultados	606	1.217
Outras provisões técnicas	6.020	4.527
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	3.214	3.048
Outras provisões	107.156	89.007
	<u>238.745</u>	<u>221.836</u>

Os movimentos da Provisão para garantias e outros compromissos são analisados como segue:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	77.729	73.705
Transferências	87	(461)
Dotação do período	3.088	4.475
Reversão do período	(4.515)	(3.649)
Diferenças cambiais	(598)	(166)
	<u>75.791</u>	<u>73.904</u>

37. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Obrigações	2.535.875	2.595.812
Outros passivos subordinados	2.662	2.848
	<u>2.538.537</u>	<u>2.598.660</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

Em 31 de Março de 2009, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Obrigações não perpétuas</i>					
Banco Comercial Português:					
BCP Março 2011	Junho 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,35%	149.300	154.293
BCP Setembro 2011	Setembro 2001	Setembro 2011	Taxa fixa de 6,15%	120.000	124.022
Mbcp Ob Cx Sub 1 Serie 2008-2018	Outubro 2008	Outubro 2018	Ver referência (i)	80.612	80.612
Bank Millennium:					
Bank Millennium	Dezembro 2001	Dezembro 2011	Taxa fixa de 6,360 %	80.326	80.326
Bank Millennium 2007	Dezembro 2007	Dezembro 2017	Taxa fixa de 6,337 %	150.302	150.302
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII 2004	Dezembro 2004	Dezembro 2014	Ver referência (ii)	15.000	14.961
BCP Finance Bank:					
EMTN 44ª Emissão - 1 Tranche	Março 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,25%	399.903	416.825
EMTN 44ª Emissão - 2 Tranche	Maió 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,25%	199.951	208.413
BCP Fin. Bank Ltd EMTN -295	Dezembro 2006	Dezembro 2016	Ver referência (iii)	331.850	331.064
BCP Fin. Bank Ltd 2005	Maió 2005	Junho 2015	Ver referência (iv)	276.385	276.139
					1.836.957
<i>Obrigações perpétuas</i>					
BCP - Euro 200 milhões	Junho 2002	-	Ver referência (v)	198.675	203.774
BCP - Euro 175 milhões	Novembro 2002	-	Ver referência (vi)	175.000	179.049
BPA 1997	Junho 1997	-	Euribor 3 meses + 0,95%	199.519	199.520
TOPS's BPSM 1997	Dezembro 1997	-	Euribor 6 meses + 0,4%	88.681	89.680
BCP Leasing 2001	Dezembro 2001	-	Ver referência (vii)	4.986	4.986
					677.009
<i>Outros passivos subordinados</i>					
BIM	Dezembro 2000	-	50% Tx Redescuento B.Moçambique	2.626	2.626
<i>Periodificações</i>					
					21.945
					2.538.537
Referências :	(i)	- 1º ano 6%; 2º ao 5º ano Euribor 6 meses + 1%; 6º ano e seguintes Euribor 6 meses + 1,4%			
	(ii)	- Até 10º cupão Euribor 6 meses + 0,4%; Após 10º cupão Euribor 6 meses + 0,9%			
	(iii)	- Euribor 3 meses + 0,3% (0,8% a partir de Dezembro 2011)			
	(iv)	- Euribor 3 meses + 0,35% (0,85% a partir de Junho 2010)			
	(v)	- Até 40º cupão 6,130625%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%			
	(vi)	- Até 40º cupão 5,41%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%			
	(vii)	- Até 40º cupão Euribor 3 meses + 1,75%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,25%			

38. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	54.821	66.436
Por contratos de 'Factoring'	27.125	29.372
Associadas	712	8.453
Outros credores	537.903	338.353
Sector Público Administrativo	185.020	85.636
Juros e outros custos a pagar	65.450	103.741
Receitas antecipadas	1.595	1.750
Férias e subsídios de férias a pagar	52.355	66.330
Outros custos administrativos a pagar	2.067	5.583
Operações sobre títulos a liquidar	446.173	179.384
Contas diversas	539.343	498.595
	1.912.564	1.383.633

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 31 de Março de 2009

39. Capital e acções preferenciais

O capital social do Banco de Euros 4.694.600.000 representado por 4.694.600.000 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma e encontra-se integralmente realizado.

Em Maio de 2008, o Banco Comercial Português, S.A., procedeu ao aumento do capital social, de Euros 3.611.329.567 para Euros 4.694.600.000, através da emissão de 1.083.270.433 acções por exercício de direito de preferência aos accionistas, com o valor nominal de 1 Euro cada e ao preço de subscrição de 1,2 Euro por acção.

O valor das acções preferenciais corresponde a duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company e que de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinada a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

40. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. De acordo com a proposta de aplicação de resultados aprovada na Assembleia Geral de Accionistas do dia 30 de Março de 2009, o Banco reforçou a sua reserva legal no montante de Euros 45.119.000. Conforme referido na nota 40 e de acordo com a proposta de aplicação de resultados acima mencionada, parte do valor da reserva legal foi transferido para a rubrica Outras reservas.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 20% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.

41. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Outros rendimentos e gastos:		
Diferença cambial de consolidação	(123.828)	(61.731)
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros detidos para venda	(11.608)	201.635
Cobertura de fluxos de caixa	33.322	5.810
Impostos		
Instrumentos financeiros detidos para venda	11.246	8.252
Cobertura de fluxos de caixa	(6.331)	(1.104)
	<u>(97.199)</u>	<u>152.862</u>
Reservas livres e resultados acumulados:		
Reserva legal	425.410	380.291
Reserva estatutária	10.000	-
Outras reservas e resultados acumulados	2.526.621	2.460.365
'Goodwill' resultante da consolidação	(2.883.580)	(2.883.580)
Outras reservas de consolidação	(169.049)	(169.967)
	<u>(90.598)</u>	<u>(212.891)</u>

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 40. As Reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda e da cobertura dos fluxos de caixa em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 d).

A rubrica Reservas estatutárias corresponde a uma reserva para estabilização de dividendos, que de acordo com os Estatutos da Sociedade, é distribuível.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados aprovada na Assembleia Geral de Accionistas, do dia 27 de Maio de 2008, foram transferidos para a rubrica Outras reservas e Resultados acumulados o saldo das rubricas Prémio de emissão no montante de Euros 881.707.000, Reservas livres no montante de Euros 1.176.854.000, Reservas estatutárias no montante de Euros 84.000.000 e Reservas legais no montante de Euros 130.795.000.

A rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006 uma correcção de Euros 220.500.000 (efeito líquido de impostos diferidos) resultante da decisão do Conselho de Administração Executivo relativamente a um activo registado nas demonstrações financeiras consolidadas.

A movimentação dos Outros rendimentos e gastos é apresentada na nota 18.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

42. Títulos próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

	Acções do Banco Comercial Português, S.A.	Outros títulos próprios	Total
Mar 2009			
Valor de balanço (Euros '000)	33.546	50.440	83.986
Número de títulos	53.557.637	(*)	
Valor unitário médio (Euros)	0,63		
Dez 2008			
Valor de balanço (Euros '000)	13.248	45.383	58.631
Número de títulos	15.820.158	(*)	
Valor unitário médio (Euros)	0,84		

As acções próprias detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

(*) Esta rubrica incluía em 31 de Março de 2009 10.322.555 (31 de Dezembro de 2008: 10.322.555 acções) detidas por clientes e cuja aquisição foi financiada pelo Banco. Considerando que para os referidos clientes existe evidência de imparidade, à luz da IAS 32/39 as acções do Banco por eles detidas foram, apenas para efeitos contabilísticos e em respeito por esta norma, consideradas como acções próprias.

43. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Balanço		Demonstração de Resultados	
	Mar 2009	Dez 2008	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Bank Millennium, S.A.	220.089	233.722	911	12.250
BIM - Banco Internacional de Moçambique	50.620	49.702	5.360	4.438
Banco Millennium Angola, S.A.	59.989	-	544	-
Outras subsidiárias	3.937	4.320	(487)	4
	334.635	287.744	6.328	16.692

44. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Garantias e avales prestados	8.480.382	8.613.752
Garantias e avales recebidos	27.589.669	26.814.666
Compromissos perante terceiros	15.825.219	12.923.843
Compromissos assumidos por terceiros	14.790.292	12.694.394
Valores recebidos em depósito	141.842.714	139.668.817
Valores depositados na Central de Valores	134.405.496	126.742.438
Outras contas extrapatrimoniais	158.405.478	149.920.250

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

Os montantes de Garantias e avales prestados e os Compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	Mar 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	7.681.660	7.849.130
Cartas de crédito "stand-by"	294.281	258.779
Créditos documentários abertos	372.286	368.324
Fianças e indemnizações	132.155	137.519
	<u>8.480.382</u>	<u>8.613.752</u>
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	3.168.417	404.475
Linhas de crédito irrevogáveis	3.221.448	3.480.464
Subscrição de títulos	46.213	44.191
Outros compromissos irrevogáveis	258.838	373.346
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	7.273.473	6.743.785
Facilidades em descobertos de conta	1.841.501	1.864.466
Outros compromissos revogáveis	15.329	13.116
	<u>15.825.219</u>	<u>12.923.843</u>

No âmbito da sua actividade normal o Grupo oferece determinados produtos financeiros que tradicionalmente incluem instrumentos relacionados com crédito registados em contas extrapatrimoniais e cujos riscos não se encontram portanto reflectidos totalmente ou em parte nas demonstrações financeiras consolidadas.

As garantias e avales prestados podem dizer respeito a operações relacionadas ou não com crédito, em que o Grupo presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de saída de caixa.

As cartas de crédito e os créditos documentários abertos destinam-se particularmente a garantir pagamentos a entidades terceiras no âmbito de transacções comerciais com o estrangeiro, financiando o envio das mercadorias adquiridas. Desta forma o risco de crédito destas transacções encontra-se limitado uma vez que se encontram colateralizadas pelas mercadorias enviadas e são geralmente de curta duração.

Os compromissos irrevogáveis constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente, quanto à análise da evidência objectiva de imparidade tal como descrito na política contabilística 1c). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Grupo na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito, não se prevêm quaisquer perdas materiais nestas operações.

45. Factos relevantes ocorridos durante o primeiro trimestre de 2009

Acordo com a Sonangol e Banco Privado Atlântico

Conclusão das transacções financeiras referentes ao acordo de parceria estratégica estabelecido com a Sonangol e o Banco Privado Atlântico (BPA), no âmbito das quais, através do aumento de capital efectuado no Banco Millennium Angola (BMA), a Sonangol passa a deter 29,9% do capital do BMA e o BPA a assumir uma participação de 20% no capital do BMA. O BMA, por sua vez, adquiriu uma participação de 10% no capital do BPA.

46. Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos de negócio e geográficos

O Grupo desenvolve um conjunto de actividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca Comercial, de Banca de Investimento e de Private Banking e Asset Management.

Caracterização dos Segmentos

A Banca Comercial manteve-se como negócio dominante na actividade do Grupo, tanto em termos de volumes como ao nível de contribuição para os resultados. O negócio de Banca Comercial inclui a rede do Banco Comercial Português em Portugal, actuando como canal de distribuição orientado para os segmentos da Banca de Retalho e da Banca de Corporate e Empresas, centrando a sua actividade na satisfação das necessidades dos clientes particulares e empresas, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo actua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam maiores perspectivas de crescimento, tanto na Europa como noutras regiões.

A estratégia de abordagem da Banca de Retalho em Portugal encontra-se delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes “Mass-market”, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justifica uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de Cliente dedicado, designados Clientes “Prestige” e “Negócios”. A Banca de Retalho inclui também o ActivoBank7, um banco on line de serviço global especializado nos negócios de bolsa e na selecção e aconselhamento de produtos de investimento a longo prazo. No âmbito da estratégia de “cross-selling”, a Banca de Retalho funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da generalidade dos negócios do Millennium bcp.

O segmento Corporate e Empresas inclui: (i) a rede “Corporate” em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a rede Empresas em Portugal, servindo as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados; e (iii) a actividade da Direcção Internacional do Banco.

A actividade do segmento Banca de Investimento, é desenvolvida pelo Millennium investment banking, instituição especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de “Project finance”, “Corporate finance”, corretagem de valores mobiliários e “Equity research”, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco.

A actividade de “Private Banking e Asset Management” é assegurada pela rede de “Private Banking” em Portugal, pelo Millennium Banque Privée, uma plataforma de “Private banking” de direito suíço, e pelas subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento.

Os Negócios no Exterior englobam as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente na Polónia, Grécia, Roménia, Turquia, Moçambique, Angola e Estados Unidos. Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal e na Grécia por uma operação baseada na inovação de produtos e serviços, enquanto a actividade desenvolvida na Turquia se apresenta como uma operação vocacionada para o aconselhamento financeiro e na Roménia marca presença com uma operação de raiz, cuja actividade se iniciou em 2007 vocacionada para os segmentos de “Mass-market” e de negócios, empresas e “Affluent”. Todas estas operações desenvolvem a sua actividade sob a mesma marca comercial de Millennium. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique pelo Millennium bim, um banco universal, direccionado para clientes particulares e empresas, em Angola pelo Banco Millennium Angola, um banco focado em clientes particulares e em empresas e instituições do sector público e privado, e nos Estados Unidos pelo Millennium bcpbank, um banco global vocacionado para servir a população local e, em especial, a comunidade de língua portuguesa.

No segmento Outros incluem-se a gestão centralizada de participações financeiras e as restantes actividades e operações de carácter corporativo, as actividades não integradas nos segmentos de negócio, nomeadamente a actividade de “Bancassurance”, uma “Joint-venture” com o Grupo Belga-Holandês Fortis, e outros valores não alocados aos segmentos.

Actividade dos segmentos de negócio

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da conta de exploração, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade. Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afecto aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia II. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

Os custos operativos apurados para cada uma das áreas de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados directamente nos centros de custo respectivos, por um lado, e os valores resultantes de processos internos de afectação de custos, por outro.

A título de exemplo, integram o primeiro conjunto os custos registados com telefones, com deslocações, com estadias e representação e com estudos e consultas, e incluem-se no segundo conjunto os custos com correio, com água e energia e com as rendas associadas aos espaços ocupados pelas unidades orgânicas, entre outros.

A afectação deste último conjunto de custos é efectuada com base na aplicação de critérios previamente definidos, relacionados com o nível de actividade de cada área de negócio, tais como o número de contas de depósitos à ordem, o número de clientes ou de colaboradores, o volume de negócios e as áreas ocupadas.

Os fluxos financeiros gerados pelas áreas de negócio, designadamente as aplicações de fundos associadas aos depósitos captados e as tomadas de fundos relacionadas com a concessão de créditos, são processados a preços de mercado, tendo como contraparte a Tesouraria do Banco. Estes preços de mercado são determinados em função da moeda, do prazo da operação e dos respectivos períodos de repricing. Por outro lado, todos os fluxos financeiros resultantes de afectação de capitais são valorizados com base na taxa média da Euribor a 6 meses para os períodos considerados.

Para efeitos de comparabilidade desta informação foram repercutidas, em 31 de Dezembro de 2007, as alterações estruturais ocorridas em 2008. O ActivoBank7 deixou de integrar o Private Banking e Asset Management passando a fazer parte da Banca de Retalho. De igual forma, a rede Corporate foi incorporada no segmento Corporate e Empresas ficando o segmento Banca de Investimento individualizado.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

A partir do início de 2008 o prémio de liquidez foi afecto às áreas de negócio do Banco, por forma a reflectir adequadamente os prazos contratuais das operações nos preços internos de transferência dos fundos. As contribuições líquidas de cada segmento reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada, foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo.

Segmentos Geográficos

O Grupo actua com especial enfoque nos mercados Português e Polaco, operando ainda num conjunto restrito de mercados de afinidade. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal, Polónia, Grécia e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a actividade desenvolvida pelo Banco Comercial Português em Portugal, pelo Millennium investment banking, pelo ActivoBank7, pelo Banco de Investimento Imobiliário e pela operação na Suíça. O segmento Polónia inclui as operações desenvolvidas pelo Bank Millennium (Polónia) e o segmento Grécia encontra-se representado pela actividade do Millennium Bank (Grécia). O segmento Outros considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos, nomeadamente as actividades desenvolvidas em outros países, tais como a Turquia, a Roménia, os Estados Unidos, Moçambique e Angola.

Em 31 de Março de 2009 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como se segue:

	Banca Comercial				Banca de Investimento	Private Banking e	Outros	Consolidado
	Banca de Retalho	Corporate e Empresas	Negócios no Exterior	Total		Gestão de activos		
Demonstração de Resultados								
Juros e proveitos equiparados	465.388	282.326	285.963	1.033.677	33.179	42.339	(7.106)	1.102.089
Juros e custos equiparados	(261.168)	(182.641)	(205.176)	(648.985)	(24.500)	(24.341)	(30.454)	(728.280)
Margem financeira	204.220	99.685	80.787	384.692	8.679	17.998	(37.560)	373.809
Comissões e outros proveitos	106.009	33.200	65.810	205.019	16.133	15.407	8.217	244.776
Comissões e outros custos	(5.102)	(1.452)	(19.383)	(25.937)	3.476	(4.561)	(34.685)	(61.707)
Comissões e outros proveitos líquidos	100.907	31.748	46.427	179.082	19.609	10.846	(26.468)	183.069
Resultados em operações financeiras	(6)	-	52.468	52.462	6.831	(2.787)	93.268	149.774
Custos com pessoal e FST	185.629	24.320	118.132	328.081	11.019	13.317	22.116	374.533
Amortizações	376	47	10.704	11.127	45	84	14.928	26.184
Custos operacionais	186.005	24.367	128.836	339.208	11.064	13.401	37.044	400.717
Imparidade e provisões	(53.211)	(80.306)	(43.101)	(176.618)	(40)	(17.517)	(2.754)	(196.929)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	(984)	-	12.483	11.499
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	-	21.366	21.366
Resultado antes de impostos	65.905	26.760	7.745	100.410	23.031	(4.861)	23.291	141.871
Impostos	(17.432)	(7.091)	(299)	(24.822)	(6.353)	3.064	(755)	(28.866)
Interesses minoritários	-	-	(5.482)	(5.482)	-	-	(846)	(6.328)
Resultado do exercício	48.473	19.669	1.964	70.106	16.678	(1.797)	21.690	106.677
Réditos intersegmentos	10.435	(284)	-	10.151	(10.519)	368	-	-
Balanço								
Caixa e aplicações em instituições de crédito	5.902.916	6.142.317	2.303.556	14.348.789	3.856.400	610.116	(15.203.288)	3.612.017
Crédito a clientes	35.052.468	23.217.761	14.330.959	72.601.188	1.122.156	3.671.023	(1.454.386)	75.939.981
Activos financeiros	1.426	-	2.596.030	2.597.456	2.614.884	20.989	1.706.616	6.939.945
Outros activos	743.757	85.841	567.936	1.397.534	590.562	38.920	4.565.858	6.592.874
Total do Activo	41.700.567	29.445.919	19.798.481	90.944.967	8.184.002	4.341.048	(10.385.200)	93.084.817
Depósitos de instituições de crédito	8.681.800	8.009.507	4.255.931	20.947.238	4.292.905	1.153.554	(16.874.566)	9.519.131
Depósitos de clientes	18.625.843	7.837.726	12.060.521	38.524.090	10	2.289.172	2.614.006	43.427.278
Títulos de dívida emitidos	7.971.991	7.370.528	1.041.400	16.383.919	2.302.382	418.986	23	19.105.310
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.194.414	3.877.958	681.921	8.754.293	953.178	230.314	208.387	10.146.172
Outros passivos	908.219	844.744	968.511	2.721.474	497.147	95.665	1.525.143	4.839.429
Total do Passivo	40.382.267	27.940.463	19.008.284	87.331.014	8.045.622	4.187.691	(12.527.007)	87.037.320
Capital e Interesses Minoritários	1.318.300	1.505.456	790.197	3.613.953	138.380	153.357	2.141.807	6.047.497
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	41.700.567	29.445.919	19.798.481	90.944.967	8.184.002	4.341.048	(10.385.200)	93.084.817

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

Em 31 de Março de 2008 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como se segue:

	Banca Comercial				Banca de Investimento	Private Banking e	Outros	Consolidado
	Banca de Retalho	Corporate e Empresas	Negócios no Exterior	Total		Gestão de activos		
Demonstração de Resultados								
Juros e proveitos equiparados	556.529	338.148	282.167	1.176.844	28.779	49.683	(22.850)	1.232.456
Juros e custos equiparados	(313.829)	(254.092)	(168.121)	(736.042)	(26.814)	(35.652)	(21.727)	(820.235)
Margem financeira	242.700	84.056	114.046	440.802	1.965	14.031	(44.577)	412.221
Comissões e outros proveitos	101.661	34.496	77.750	213.907	13.679	24.368	14.647	266.601
Comissões e outros custos	(5.873)	(1.754)	(18.949)	(26.576)	5.906	(9.804)	(31.308)	(61.782)
Comissões e outros proveitos líquidos	95.788	32.742	58.801	187.331	19.585	14.564	(16.661)	204.819
Resultados em operações financeiras	(34)	-	27.932	27.898	7.108	148	(150.012)	(114.858)
Custos com pessoal e FST	180.803	27.082	129.493	337.378	13.498	13.857	(5.579)	359.154
Amortizações	359	46	9.336	9.741	49	82	16.487	26.359
Custos operacionais	181.162	27.128	138.829	347.119	13.547	13.939	10.908	385.513
Imparidade e provisões	(41.864)	(13.041)	(11.207)	(66.112)	2.654	(6.947)	(2.246)	(72.651)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	(278)	-	14.543	14.265
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	-	899	899
Resultado antes de impostos	115.428	76.629	50.743	242.800	17.487	7.857	(208.962)	59.182
Impostos	(30.609)	(20.307)	(10.461)	(61.377)	(4.599)	(948)	39.143	(27.781)
Interesses minoritários	-	-	(15.207)	(15.207)	-	-	(1.485)	(16.692)
Resultado do exercício	84.819	56.322	25.075	166.216	12.888	6.909	(171.304)	14.709
Réditos intersegmentos	12.325	8	-	12.333	(11.814)	(519)	-	-
Balanço								
Caixa e aplicações em instituições de crédito	3.625.614	3.551.412	2.911.206	10.088.232	3.125.430	469.752	(6.676.573)	7.006.841
Crédito a clientes	34.098.625	19.416.238	12.440.316	65.955.179	942.790	3.412.485	(2.425.280)	67.885.174
Activos financeiros	25.880	2.682.125	1.672.608	4.380.613	2.685.148	12.916	207.097	7.285.774
Outros activos	1.073.359	96.355	545.584	1.715.298	340.440	31.382	3.619.865	5.706.985
Total do Activo	38.823.478	25.746.130	17.569.714	82.139.322	7.093.808	3.926.535	(5.274.891)	87.884.774
Depósitos de instituições de crédito	5.037.736	4.367.087	4.310.671	13.715.494	3.803.823	1.098.612	(8.293.742)	10.324.187
Depósitos de clientes	18.005.821	5.734.677	10.759.236	34.499.734	10	1.793.666	2.623.942	38.917.352
Títulos de dívida emitidos	12.093.114	12.003.869	616.196	24.713.179	2.666.617	712.405	(2.685.723)	25.406.478
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.410.531	1.400.121	335.499	3.146.151	254.597	94.368	104.116	3.599.232
Outros passivos	1.141.452	935.030	875.397	2.951.879	282.728	106.410	1.381.272	4.722.289
Total do Passivo	37.688.654	24.440.784	16.896.999	79.026.437	7.007.775	3.805.461	(6.870.135)	82.969.538
Capital e Interesses Minoritários	1.134.824	1.305.346	672.715	3.112.885	86.033	121.074	1.595.244	4.915.236
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	38.823.478	25.746.130	17.569.714	82.139.322	7.093.808	3.926.535	(5.274.891)	87.884.774

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

Em 31 de Março de 2009 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

	Portugal										
	Banca de Retail	Corporate e Empresas	Banca de Investimento	Private Banking e Gestão de activos	Outros	Total	Polónia	Grécia	Moçambique	Outros	Consolidado
Demonstração de Resultados											
Juros e proveitos equiparados	465.388	282.326	33.179	42.339	(7.106)	816.126	137.887	84.366	29.505	34.205	1.102.089
Juros e custos equiparados	(261.168)	(182.641)	(24.500)	(24.341)	(30.454)	(523.104)	(111.989)	(58.704)	(7.085)	(27.398)	(728.280)
Margem financeira	204.220	99.685	8.679	17.998	(37.560)	293.022	25.898	25.662	22.420	6.807	373.809
Comissões e outros proveitos	106.009	33.200	16.133	15.407	8.217	178.966	35.821	11.904	13.390	4.695	244.776
Comissões e outros custos	(5.102)	(1.452)	3.476	(4.561)	(34.685)	(42.324)	(8.396)	(3.734)	(5.861)	(1.392)	(61.707)
Comissões e outros proveitos líquidos	100.907	31.748	19.609	10.846	(26.468)	136.642	27.425	8.170	7.529	3.303	183.069
Resultados em operações financeiras	(6)	-	6.831	(2.787)	93.268	97.306	31.326	2.756	4.190	14.196	149.774
Custos com pessoal e FST	185.629	24.320	11.019	13.317	22.116	256.401	51.211	27.436	13.772	25.713	374.533
Amortizações	376	47	45	84	14.928	15.480	4.258	2.377	1.527	2.542	26.184
Custos operacionais	186.005	24.367	11.064	13.401	37.044	271.881	55.469	29.813	15.299	28.255	400.717
Imparidade e provisões	(53.211)	(80.306)	(40)	(17.517)	(2.754)	(153.828)	(28.299)	(7.954)	(112)	(6.736)	(196.929)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	(984)	-	12.483	11.499	-	-	-	-	11.499
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	21.366	21.366	-	-	-	-	21.366
Resultado antes de de impostos	65.905	26.760	23.031	(4.861)	23.291	134.126	881	(1.179)	18.728	(10.685)	141.871
Impostos	(17.432)	(7.091)	(6.353)	3.064	(755)	(28.567)	119	275	(3.298)	2.605	(28.866)
Interesses minoritários	-	-	-	-	(846)	(846)	(344)	-	(5.138)	-	(6.328)
Resultado do exercício	48.473	19.669	16.678	(1.797)	21.690	104.713	656	(904)	10.292	(8.080)	106.677
Réditos intersegmentos	10.435	(284)	(10.519)	368	-	-	-	-	-	-	-
Balanço											
Caixa e aplicações em instituições de crédito	5.902.916	6.142.317	3.856.400	610.116	(15.203.288)	1.308.461	563.728	1.135.564	222.414	381.850	3.612.017
Crédito a clientes	35.052.468	23.217.761	1.122.156	3.671.023	(1.454.386)	61.609.022	7.733.806	4.823.649	464.974	1.308.530	75.939.981
Activos financeiros	1.426	-	2.614.884	20.989	1.706.616	4.343.915	1.704.296	381.408	231.581	278.745	6.939.945
Outros activos	743.757	85.841	590.562	38.920	4.565.858	6.024.938	266.660	128.815	68.889	103.572	6.592.874
Total do Activo	41.700.567	29.445.919	8.184.002	4.341.048	(10.385.200)	73.286.336	10.268.490	6.469.436	987.858	2.072.697	93.084.817
Depósitos de instituições de crédito	8.681.800	8.009.507	4.292.905	1.153.554	(16.874.566)	5.263.200	1.690.208	1.951.402	51.079	563.242	9.519.131
Depósitos de clientes	18.625.843	7.837.726	10	2.289.172	2.614.006	31.366.757	6.943.680	3.080.645	747.234	1.288.962	43.427.278
Títulos de dívida emitidos	7.971.991	7.370.528	2.302.382	418.986	23	18.063.910	201.459	839.941	-	-	19.105.310
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.194.414	3.877.958	953.178	230.314	208.387	9.464.251	618.276	33.834	-	29.811	10.146.172
Outros passivos	908.219	844.744	497.147	95.665	1.525.143	3.870.918	440.824	313.380	123.392	90.915	4.839.429
Total do Passivo	40.382.267	27.940.463	8.045.622	4.187.691	(12.527.007)	68.029.036	9.894.447	6.219.202	921.705	1.972.930	87.037.320
Capital e Interesses Minoritários	1.318.300	1.505.456	138.380	153.357	2.141.807	5.257.300	374.043	250.234	66.153	99.767	6.047.497
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	41.700.567	29.445.919	8.184.002	4.341.048	(10.385.200)	73.286.336	10.268.490	6.469.436	987.858	2.072.697	93.084.817

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

Em 31 de Março de 2008 a contribuição líquida dos principais segmentos geograficos é apresentada como se segue:

	Portugal										
	Banca de Retailo	Corporate e Empresas	Banca de Investimento	Private Banking e Gestão de activos	Outros	Total	Polónia	Grécia	Moçambique	Outros	Consolidado
Demonstração de Resultados											
Juros e proveitos equiparados	556.529	338.148	28.779	49.683	(22.850)	950.289	147.257	83.963	22.101	28.846	1.232.456
Juros e custos equiparados	(313.829)	(254.092)	(26.814)	(35.652)	(21.727)	(652.114)	(89.296)	(52.908)	(5.682)	(20.235)	(820.235)
Margem financeira	242.700	84.056	1.965	14.031	(44.577)	298.175	57.961	31.055	16.419	8.611	412.221
Comissões e outros proveitos	101.661	34.496	13.679	24.368	14.647	188.851	46.570	12.193	13.834	5.153	266.601
Comissões e outros custos	(5.873)	(1.754)	5.906	(9.804)	(31.308)	(42.833)	(7.627)	(4.407)	(5.963)	(952)	(61.782)
Comissões e outros proveitos líquidos	95.788	32.742	19.585	14.564	(16.661)	146.018	38.943	7.786	7.871	4.201	204.819
Resultados em operações financeiras	(34)	-	7.108	148	(150.012)	(142.790)	22.281	52	3.119	2.480	(114.858)
Custos com pessoal e FST	180.803	27.082	13.498	13.857	(5.579)	229.661	72.419	26.253	10.595	20.226	359.154
Amortizações	359	46	49	82	16.487	17.023	3.527	2.244	1.205	2.360	26.359
Custos operacionais	181.162	27.128	13.547	13.939	10.908	246.684	75.946	28.497	11.800	22.586	385.513
Imparidade e provisões	(41.864)	(13.041)	2.654	(6.947)	(2.246)	(61.444)	(3.253)	(5.693)	(579)	(1.682)	(72.651)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	(278)	-	14.543	14.265	-	-	-	-	14.265
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	899	899	-	-	-	-	899
Resultado antes de impostos	115.428	76.629	17.487	7.857	(208.962)	8.439	39.986	4.703	15.030	(8.976)	59.182
Impostos	(30.609)	(20.307)	(4.599)	(948)	39.143	(17.320)	(8.037)	(1.506)	(2.454)	1.536	(27.781)
Interesses minoritários	-	-	-	-	(1.485)	(1.485)	(11.019)	-	-	(4.188)	(16.692)
Resultado do exercício	84.819	56.322	12.888	6.909	(171.304)	(10.366)	20.930	3.197	12.576	(11.628)	14.709
Réditos intersegmentos	12.325	8	(11.814)	(519)	-	-	-	-	-	-	-
Balanço											
Caixa e aplicações em instituições de crédito	3.625.614	3.551.412	3.125.430	469.752	(6.676.573)	4.095.635	1.224.889	1.258.217	229.243	198.857	7.006.841
Crédito a clientes	34.098.625	19.416.238	942.790	3.412.485	(2.425.280)	55.444.858	6.812.427	4.243.908	327.912	1.056.069	67.885.174
Activos financeiros	25.880	2.682.125	2.685.148	12.916	207.097	5.613.166	1.294.548	29.523	170.817	177.720	7.285.774
Outros activos	1.073.359	96.355	340.440	31.382	3.619.865	5.161.401	253.138	130.510	64.132	97.804	5.706.985
Total do Activo	38.823.478	25.746.130	7.093.808	3.926.535	(5.274.891)	70.315.060	9.585.002	5.662.158	792.104	1.530.450	87.884.774
Depósitos de instituições de crédito	5.037.736	4.367.087	3.803.823	1.098.612	(8.293.742)	6.013.516	1.734.552	2.292.839	41.479	241.801	10.324.187
Depósitos de clientes	18.005.821	5.734.677	10	1.793.666	2.623.942	28.158.116	6.491.789	2.535.543	602.138	1.129.766	38.917.352
Títulos de dívida emitidos	12.093.114	12.003.869	2.666.617	712.405	(2.685.723)	24.790.282	251.424	364.772	-	-	25.406.478
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.410.531	1.400.121	254.597	94.368	104.116	3.263.733	303.745	19.039	-	12.715	3.599.232
Outros passivos	1.141.452	935.030	282.728	106.410	1.381.272	3.846.892	448.456	238.299	103.205	85.437	4.722.289
Total do Passivo	37.688.654	24.440.784	7.007.775	3.805.461	(6.870.135)	66.072.539	9.229.966	5.450.492	746.822	1.469.719	82.969.538
Capital e Interesses Minoritários	1.134.824	1.305.346	86.033	121.074	1.595.244	4.242.521	355.036	211.666	45.282	60.731	4.915.236
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	38.823.478	25.746.130	7.093.808	3.926.535	(5.274.891)	70.315.060	9.585.002	5.662.158	792.104	1.530.450	87.884.774

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Março de 2009

Reconciliação do resultado líquido dos segmentos relatáveis com o resultado líquido do Grupo

Descrição dos itens de reconciliação materialmente relevantes:

	Mar 2009	Mar 2008
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido dos segmentos relatáveis:		
Banca de Retalho	48.474	84.820
Private Banking e Asset Management	(1.797)	6.911
Corporate e Empresas	19.669	56.322
Banca de Investimentos	16.679	12.888
Negócios no Exterior	7.446	40.283
	<u>90.471</u>	<u>201.224</u>
Impacto na margem financeira da alocação de capital (1)	<u>3.569</u>	<u>15.886</u>
	<u>86.902</u>	<u>185.338</u>
Valores não imputados aos segmentos:		
Interesses minoritários	(6.328)	(16.692)
Custos operacionais (2)	(37.046)	(28.909)
Itens específicos:		
Imparidade BPI	-	(151.292)
Anulação de parte da remuneração variável periodificada em 2007	-	18.000
Mais valia apurada no Banco Millennium Angola (3)	21.183	-
Contabilização de cobertura de risco de taxa de juro (4)	45.178	-
Outros (5)	(3.212)	8.264
Total não imputado aos segmentos	<u>19.775</u>	<u>(170.629)</u>
Resultado líquido consolidado	<u>106.677</u>	<u>14.709</u>

(1) Representa o impacto na margem financeira decorrente da alocação de capital. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

(2) Inclui os custos operacionais não alocados aos segmentos de negócio, nomeadamente os relacionados com as áreas corporativas e com projectos estratégicos.

(3) Registo da valia apurada com a dispersão de novos accionistas do capital social do Banco Millennium em Angola.

(4) Resultados em operações financeiras associados à estratégia de cobertura económica do risco de taxa de juro associado a um passivo de taxa fixa, que foi efectuado através de um "swap" de taxa de juro. Como resultado da volatilidade observada nos mercados, os testes de avaliação da efectividade da cobertura contabilística, em conformidade com o requerido pela IAS 39, evidenciaram que a relação de cobertura tinha quebrado, tendo o Banco decidido a interrupção da relação de cobertura prospectivamente.

(5) Inclui o financiamento dos activos não geradores de juros e das participações financeiras estratégicas bem como o efeito fiscal associado às operações acima referidas.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

47. Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português

Em 31 de Março de 2009, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium bcp - Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	Lisboa	6.720.691	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	100,0
Interfundos Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	Lisboa	1.500.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliários	100,0	100,0	100,0
BII Investimentos International, S.A.	Luxemburgo	150.000	EUR	Gestão de fundos de investimento mobiliários	100,0	100,0	–
Banco Millennium BCP Investimento, S.A.	Lisboa	75.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	28.500.000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	–
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	157.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
BII Internacional, S.G.P.S., Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BII Finance Company Limited	George Town	25.000	USD	Financeira	100,0	100,0	–
Banco ActivoBank (Portugal), S.A.	Lisboa	23.500.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	741.000.000	MZN	Banca	66,7	66,7	–
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	3.809.398.820	AOA	Banca	52,7	52,7	52,7
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	849.181.744	PLN	Banca	65,5	65,5	65,5
Millennium TFI S.A.	Varsóvia	10.300.000	PLN	Gestão de fundos de investimento mobiliários	100,0	65,5	–
Millennium Dom Maklerski S.A.	Varsóvia	16.500.000	PLN	Corretora	100,0	65,5	–
Millennium Leasing Sp. z o.o.	Varsóvia	43.400.000	PLN	Locação financeira	100,0	65,5	–
Millennium Lease Sp.z o.o.	Varsóvia	86.318.000	PLN	Locação financeira	100,0	65,5	–
BBG Finance BV	Roterdão	18.000	EUR	Financeira	100,0	65,5	–
TBM Sp.z o.o.	Varsóvia	500.000	PLN	Consultoria e serviços	100,0	65,5	–
MB Finance AB	Estocolmo	500.000	SEK	Financeira	100,0	65,5	–
Millennium Service Sp. z o.o.	Varsóvia	1.000.000	PLN	Serviços	100,0	65,5	–
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	Genebra	70.000.000	CHF	Banca	100,0	100,0	–
Millennium BCPBank	Newark	2.500.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Bank, Societé Anonyme	Atenas	184.905.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium Bank, Anonim Sirketi	Istambul	202.535.316	TRY	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Fin, Vehicles, Vessels, Appliances and Equipment Trading, Societé Anonyme	Atenas	249.980	EUR	Financeira	100,0	100,0	–
Millennium Mutual Funds Management Company, Societe Anonyme	Atenas	1.176.000	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	–
Banca Millennium S.A.	Bucareste	370.460.000	RON	Banca	100,0	100,0	–
BCP Internacional II, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BitallPart, B.V.	Roterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP Investments, B.V.	Amesterdão	620.774.050	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
Comercial Português Ireland Limited	Dublin	10.000	EUR	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
BCP Holdings (USA), Inc.	Newark	250	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	380.765.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	89,0
Anjala Holdings , S.A.	Tortola	54.402.000	USD	Gestão de participações sociais	100,0	99,9	–
Luanda Waterfront Corporation	George Town	5.000	USD	Serviços	50,0	50,0	–
Baía de Luanda	Luanda	19.200.000	USD	Serviços	64,5	64,5	–
BCP Bank & Trust Company Ltd.	George Town	340.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Capital Finance Limited	George Town	16.000.000	USD	Investimento	100,0	100,0	100,0
BCP Finance Bank Ltd	George Town	246.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Company, Ltd	George Town	1.372.055.800	USD	Financeira	100,0	3,0	–
Millennium bcp - Escritório de Representações e Serviços, S/C Ltda.	São Paulo	21.800.251	BRL	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	240.000	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Banpor Consulting S.R.L.	Bucareste	1.750.000	RON	Serviços	100,0	100,0	100,0
Comercial Imobiliária, S.A.	Lisboa	50.000	EUR	Gestão de imóveis	99,9	99,9	99,9
Paço de Palmeira - Sociedade Agrícola e Comercial, Lda	Braga	39.905	EUR	Sociedade Agrícola	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	330.250	EUR	Serviços	93,0	93,6	51,5
Servitrust - Trust Management and Services, S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0	100,0	100,0

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2009

Em 31 de Março de 2009, as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Banque BCP, S.A.S.	Paris	65.000.000	EUR	Banca	19,9	19,9	19,9
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	Luxemburgo	12.500.000	EUR	Banca	19,9	19,9	–
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços Bancários	21,9	21,9	21,5
Unicre - Cartão de Crédito Internacional, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de Crédito	30,3	30,3	30,0
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	Lisboa	12.500.000	EUR	Aluguer de longa duração	50,0	50,0	–

Em 31 de Março de 2009, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português do ramo segurador incluídas na consolidação pelo método integral e pelo método da equivalência patrimonial, são apresentadas como segue:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium Insurance Agent Unipersonal Limited Liability Company	Atenas	18.000	EUR	Mediação de seguros	100,0	100,0	–
Seguros & Pensões RE Limited	Dublin	1.500.000	EUR	Resseguro de riscos do ramo vida	100,0	100,0	–
SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	Maputo	147.500.000	MZN	Seguros	89,9	60,0	–

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	1.000.002.375	EUR	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	–
Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	12.000.000	EUR	Seguros do ramo saúde	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	22.375.000	EUR	Seguros do ramo vida	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Lisboa	12.500.000	EUR	Seguros de ramos reais	49,0	49,0	–
Pensõesgere, Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	1.200.000	EUR	Gestão de fundos de pensões	49,0	49,0	–